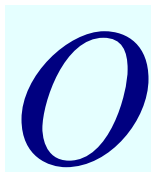


# **boletim** **de Finanças Públicas**

---

**Setembro/2000 - Ano IV - Nº 12**

## 1 SUMÁRIO EXECUTIVO



O desempenho fiscal no terceiro trimestre de 2000 foi bastante positivo. Gerou-se superávit primário de R\$ 11,6 bilhões no terceiro trimestre e, no acumulado até setembro, o resultado alcançou R\$ 35,3 bilhões, situando-se R\$ 6,3 bilhões acima da meta estabelecida para este período. Esta é uma folga confortável que permite visualizar o fechamento do ano com um superávit primário situando-se em torno dos R\$ 37 bilhões, dentro do critério de desempenho estabelecido com o FMI.

Em termos de composição do superávit primário, observa-se neste ano a significativa contribuição dos estados e municípios com um aumento de R\$ 3,0 bilhões nos nove primeiros meses do ano, em relação ao mesmo período do ano passado. As estatais também elevaram seu superávit primário em R\$ 2 bilhões no período, mostrando que os efeitos da Conta Petróleo têm sido neutros em termos de superávit primário global. As perdas do governo central estão sendo compensadas pelo aumento de lucro da Petrobras. O governo central reduziu seu superávit primário nos nove primeiros meses de 2000 em relação ao mesmo período de 1999. Porém, com variação de apenas R\$ 429 milhões.

O aspecto positivo é que este ano tem se caracterizado por uma mudança no padrão da arrecadação. Enquanto em 1999 as receitas extraordinárias eram responsáveis por grande parte do ajuste fiscal, em 2000, as receitas vinculadas ao crescimento econômico e de caráter permanente estão consolidando o ajuste fiscal, o que também explica o bom desempenho dos estados e municípios. Portanto, o crescimento econômico

contribui positivamente para geração dos superávits primários, sendo estes um dos fundamentos básicos para uma trajetória de crescimento sustentável.

A Dívida Líquida do Setor Público alcançou 48,5% do PIB em setembro de 2000. A divulgação do PIB de 1999 foi a principal razão para a mudança de patamar da relação dívida/PIB. Antes dessa divulgação, trabalhava-se com uma estimativa do PIB baseada no IGP como inflator, que se revelou inadequado frente ao deflator implícito do PIB. No entanto, em termos de trajetória, a DLSP sofreu uma redução de 0,1 ponto percentual do PIB em relação a agosto de 2000, o que se explica pelo superávit primário e crescimento do produto terem superado o aumento da dívida devido ao pagamento de juros.

Apesar do cenário externo desfavorável, o Tesouro Nacional manteve a política de substituição de papéis pós-fixados por prefixados. Em contrapartida, o prazo médio em mercado da dívida mobiliária competitiva do Tesouro, que vinha crescendo ininterruptamente desde janeiro (7,9 meses em janeiro para 14,2 meses em agosto), apresentou queda em setembro (13,9 meses). O governo central continua melhorando o perfil da dívida mobiliária, a mais onerosa aos cofres públicos. No período de janeiro a setembro de 2000, observou-se redução da participação relativa dos títulos indexados à taxa *over-selic* (61,2% em janeiro de 2000, para 53,2% em setembro de 2000) e à taxa de câmbio (23,5% em janeiro de 2000, para 20,5% em setembro de 2000), com aumento da participação de títulos pré-fixados (de 9,9% em janeiro de 2000, para 15,7% em setembro de 2000). Comparativamente a junho de 2000 esses percentuais também refletiram aumento da

participação de pré-fixados em 1,8%, valor igual à redução conjunta dos títulos indexados ao câmbio e à taxa *over-selic*. Esse comportamento reflete o aumento da confiança do mercado nos papéis públicos, em razão principalmente dos resultados primários obtidos acima da meta estabelecida com o FMI.

As NFSP nominais nos primeiros nove meses de 2000 foram significativamente menores comparado ao mesmo período de 1999, resultado, principalmente, do efeito da desvalorização cambial ocorrida no ano passado, do superávit primário e da redução da taxa de juros em 2000. Em valores correntes acumulados, o resultado de janeiro a setembro deste ano foi de R\$ 28,2 bilhões (3,5% do PIB), contra R\$ 84,0 bilhões (12,0% do PIB) no mesmo período de 1999. Nos fluxos acumulados em doze meses, o déficit nominal consolidado foi de R\$ 40,4 bilhões (3,8% do PIB) em setembro de 2000, comparado aos R\$ 96,2 bilhões (9,5% do PIB) em dezembro de 1999.

O governo central foi responsável pela geração de um superávit primário de 2,8% do PIB nos primeiros nove meses de 2000, contra um superávit de 3,3% do PIB no mesmo período de 1999. Em termos de resultados calculados “acima da linha”, segundo o critério de pagamento efetivo, o governo central apresentou superávit de R\$ 20,3 bilhões (2,6% do PIB) nos primeiros meses de 2000, comparado aos R\$ 20,7 bilhões (3,0% do PIB) obtido no mesmo período do ano anterior. Em termos dos três “caixas” do governo (Tesouro Nacional, Previdência e Seguro-Desemprego), o primeiro contribuiu para com superávit primário de R\$ 38,7 bilhões superando o déficit previdenciário que alcançou R\$ 21,5 bilhões.

A queda do superávit é explicada principalmente pela significativa redução das receitas extraordinárias que contribuíram para o superávit primário em 1999, destacando-se os débitos em atraso, as concessões e os resultados da Conta Petróleo. Por outro lado, COFINS, CPMF, CSLL, IRPJ e IPI foram impulsionados pelo crescimento econômico e garantiram um patamar de receitas que substituiu as perdas com receitas temporárias.

Pelo lado dos gastos, os Outros Custeios e Capital (OCC) mantiveram-se no mesmo patamar, sofrendo aceleração no terceiro trimestre em razão dos bons resultados primários obtidos. Já os gastos com pessoal elevaram-se, sobretudo, em razão do realinhamento salarial para algumas categorias e pagamento de atrasados.

O déficit previdenciário da União cresceu de R\$ 20,1 bilhões para R\$ 21,5 bilhões nos nove primeiros meses de 2000, contra o mesmo período de 1999. Em proporção do PIB, o déficit caiu 0,2 ponto percentual. Esse comportamento se deve aos resultados obtidos no âmbito do regime do INSS. A arrecadação elevou-se em razão do crescimento da massa salarial e de medidas de recuperação de crédito, tais como: os depósitos judiciais, a sub-rogação na cessão de mão-de-obra e a receita do Simples. Cabe observar que o déficit do INSS foi menor do que ano passado, a despeito do crescimento no valor médio dos benefícios previdenciários. Com relação ao déficit da previdência dos servidores públicos, definido como a diferença entre as contribuições dos servidores públicos ativos e os dispêndios com aposentadorias, pensões e reformas, esse déficit elevou-se em razão do aumento dos gastos com pessoal inativo, em função das mesmas razões que influenciaram os

gastos com pessoal ativo e do crescimento vegetativo. Vale destacar que o aumento das contribuições tem permanecido abaixo do registrado pelas despesas, principalmente em razão de uma menor taxa de reposição, o que eleva o peso dos inativos na folha total.

Os estados e municípios contribuíram para elevar o superávit primário do setor público. Nos primeiros nove meses de 2000, o superávit primário foi de 0,7% do PIB contra 0,38% no mesmo período do ano passado. O crescimento da arrecadação do ICMS e a necessidade de gerar resultados positivos, para honrar os compromissos de renegociação da dívida, são os principais fatores que explicam o aumento do superávit primário das esferas subnacionais.

As empresas estatais aumentaram o superávit primário nos primeiros nove meses do ano, passando de 0,73% do PIB em 1999 para 0,91% em 2000. As estatais federais aumentaram em R\$ 1,0 bilhão seu resultado primário, impulsionado principalmente pelo resultado da Petrobras, que se beneficiou do aumento internacional do preço do petróleo e do aumento de tarifas. As estatais estaduais também elevaram em R\$ 1,0 bilhão seu superávit primário. A redução dos investimentos e o ajuste nas contas internas para privatização podem ser considerados os principais motivos para essa melhora.

Para 2000, espera-se que a meta de superávit primário do setor público seja cumprida, em função da folga obtida de R\$ 6,3 bilhões em relação ao critério de desempenho estabelecido para o período de janeiro a setembro de 2000. Em relação a 1999, observa-se uma melhora na qualidade do ajuste fiscal com a substituição de receitas temporárias, pelo

crescimento dos impostos e contribuições vinculados ao crescimento econômico.

Por seu turno, os aumentos de gastos ocorridos nos OCC no terceiro trimestre e as perdas de receita da Conta Petróleo, em função do aumento do preço do petróleo, não parecem ameaçar o alcance da meta. No primeiro caso, o governo ajusta as liberações de acordo com a evolução dos próprios resultados obtidos. No segundo caso, o efeito líquido para o resultado do setor público é praticamente nulo, dado que um déficit na Conta Petróleo equivale a um resultado positivo nas contas da Petrobras. Para tornar o efeito nulo, basta controlar os dispêndios dessa estatal.

Finalmente, o superávit primário deste ano deve contar com um déficit previdenciário inferior ao registrado em 1999. O crescimento econômico e a geração de empregos formais tendem a facilitar a expansão das receitas do INSS, contribuindo com o superávit primário de 2000. No quarto trimestre de 2000, a dívida líquida do setor público, em proporção do PIB, deverá experimentar uma ligeira alta em outubro, recuando em seguida até fechar o ano em torno de 49,6%. A elevação da dívida decorrerá do efeito da depreciação cambial de outubro (cerca de 3,5%) sobre a dívida externa. A pressão sobre o câmbio ocorreu em função da incerteza provocada pelas oscilações do preço do petróleo - agravadas pela perspectiva de conflito no Oriente Médio -, instabilidade na Argentina e desempenho negativo das bolsas norte-americanas. A partir de novembro, a taxa de câmbio deve se acomodar em torno de 1,90 (R\$/US\$), encerrando o ano nesse nível, caso o cenário internacional se mantenha inalterado. Para 2001, no âmbito do governo central está ocorrendo fortes pressões para aumento de gastos. São os

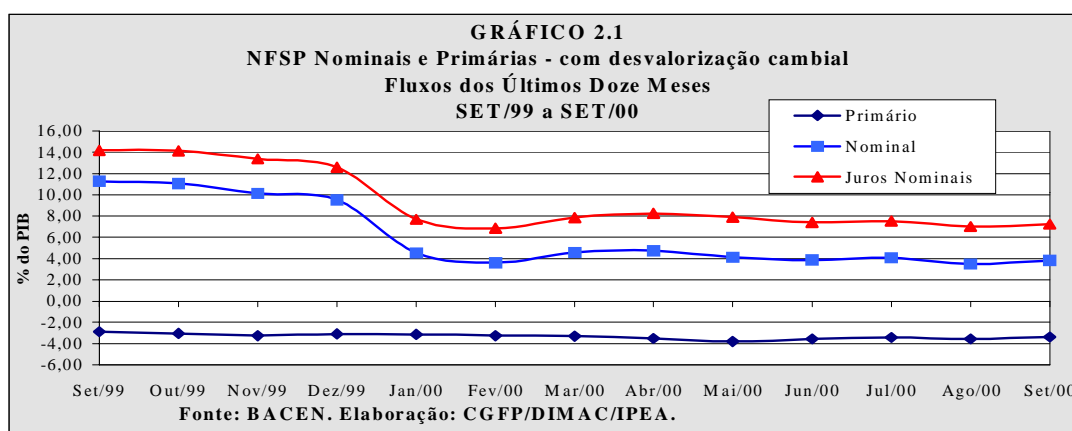
casos dos reajustes salariais do Judiciário, Legislativo e dos militares e o aumento do salário-mínimo para R\$ 180 (acima da proposta de Lei Orçamentária enviada ao Congresso Nacional). Em conjunto são gastos adicionais que giram em torno de R\$ 10 bilhões. Para atender a essas pressões, o governo terá que aumentar as receitas ou cortar gastos discricionários, como os OCC, com objetivo de manter a meta de superávit primário. Para isso, dispõe dos instrumentos legais como a Lei de Responsabilidade Fiscal e o respeito à Lei de Diretrizes Orçamentárias que estabelece um superávit primário de 2,6%

do PIB para o governo central. O ganho de receita mais provável é o da eliminação da imunidade tributária dos fundos de pensão, que pode gerar recursos da ordem de R\$ 1,9 bilhão. De qualquer forma, um aumento de receita ou um corte de OCC para acomodar aumento de despesas com pessoal prejudica a qualidade do ajuste fiscal e gera um custo social mais elevado. Isso ocorre por meio do aumento da carga tributária ou pela redução de gastos sociais (educação, saúde, etc.) e de infra-estrutura (transportes, energia e telecomunicações), que são fundamentais ao desenvolvimento social e econômico do País.

## 2 NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO

A evolução das Necessidades de Financiamento do Setor Público (NFSP), em período recente, é mostrada no Gráfico 2.1 e Tabela 2.1. As NFSP nominais consolidadas (com desvalorização cambial) atingiram R\$ 3,4 bilhões (3,5% do PIB<sup>1</sup>) em setembro de 2000, comparadas ao superávit de R\$ 770 milhões registrado em setembro de 1999.

Este último resultado foi atípico, fruto da combinação de um superávit primário recorde (R\$ 5,4 bilhões) com uma relativamente pequena carga de juros nominais, em decorrência da apreciação cambial ocorrida naquele mês. No que toca aos fluxos acumulados em doze meses, o déficit nominal consolidado passou de R\$ 36,2 bilhões (3,5% do PIB) em agosto de 2000, para R\$ 40,4 bilhões (3,8% do PIB) em setembro.



**TABELA 2.1**  
**DÍVIDA LÍQUIDA (DLSP) E NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO (NFSP)**  
**Com Desvalorização Cambial**  
**1995-2000**

	1995	1996	1997	1998	1999	2000 (set)	%PIB
Discriminação							
DLSP Total	29,9	33,3	34,6	43,4	49,7	48,5	
Ajuste Patrimonial	-	1,9	2,1	4,1	7,7	8,3	
Dívida Fiscal							
Líquida	29,9	31,4	32,5	39,3	42,0	40,2	
Dív. Mobiliária							
Federal	15,3	21,4	28,3	36,3	39,9	42,7	
Base Monetária	3,1	2,4	3,6	4,4	4,7	3,3	
Dívida Externa							
Líquida	5,5	3,9	4,3	6,4	10,5	9,5	
NFSP(*)							
Primário	(0,4)	0,1	0,9	(0,01)	(3,2)	(4,4)	
Juros Nominais	7,6	5,8	5,2	8,07	13,2	8,0	
Nominal	7,2	5,9	6,1	8,06	10,0	3,6	

Fonte: Bacen. Elaboração: CGFP/DIMAC/IPEA.

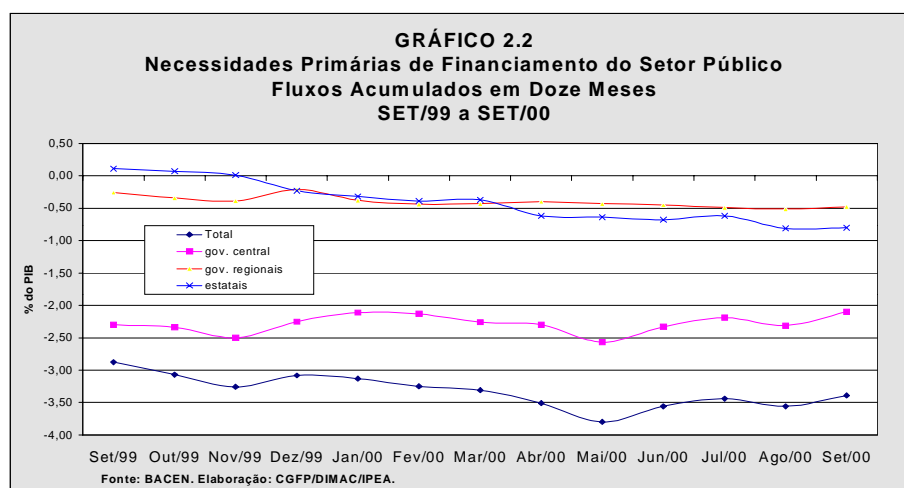
(\*) Fluxos acumulados no ano.

<sup>1</sup> Nesta seção, as relações das NFSP com o PIB terão como base ambos os fluxos em valores correntes.

A elevação do déficit nominal em doze meses se explica tanto pelo aumento dos juros nominais, quanto pela redução do superávit primário. O primeiro decorreu da depreciação cambial em setembro de 2000 (1,1%), superior à ocorrida no mesmo período de 1999 (0,3%). Quanto ao comportamento do superávit primário, é explicado brevemente a seguir.

As NFSP primárias consolidadas (resultado primário em valores correntes), em setembro de 2000, foram superavitárias em R\$ 4,1 bilhões (4,2% do PIB), perfazendo um superávit no ano de R\$ 35,3 bilhões (4,4% do PIB), ante R\$ 30,6 bilhões (4,4% do PIB) em igual período de 1999. O resultado acumulado

no ano ultrapassa em R\$ 6,3 bilhões a meta acordada com o FMI para o período. Em valores acumulados em doze meses, o resultado de setembro atingiu R\$ 35,8 bilhões (3,4 % do PIB), face a R\$ 37,1 bilhões registrados no mês anterior (3,6% do PIB). Essa queda é explicada sobretudo pela redução do resultado do governo central (Governo Federal, Banco Central e INSS) em 0,2 ponto percentual do PIB, refletindo a redução da receita líquida do Tesouro (0,4 ponto percentual do PIB), em função de arrecadações extraordinárias ocorridas em 1999 (pagamento de débitos em atraso, concessões, tributação sobre operações de *swap* e Conta Petróleo). A Tabela 2.2 e o Gráfico 2.2 mostram a evolução das NFSP primárias.



**TABELA 2.2**  
**NECESSIDADES PRIMÁRIAS DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO**  
**Fluxos Acumulados nos Últimos Doze Meses**  
**SET/99 a SET/00**

Período	Total	Governo Central	Gov. Estaduais e Municipais	% do PIB
				Empresas Estatais
Set/99	(2,88)	(2,30)	(0,26)	(0,32)
Out/99	(3,07)	(2,34)	(0,34)	(0,39)
Nov/99	(3,26)	(2,50)	(0,39)	(0,37)
Dez/99	(3,08)	(2,25)	(0,21)	(0,62)
Jan/00	(3,13)	(2,11)	(0,38)	(0,64)
Fev/00	(3,25)	(2,13)	(0,44)	(0,68)
Mar/00	(3,31)	(2,26)	(0,43)	(0,62)
Abr/00	(3,51)	(2,31)	(0,40)	(0,80)
Mai/00	(3,80)	(2,57)	(0,43)	(0,80)
Jun/00	(3,56)	(2,33)	(0,45)	(0,78)
Jul/00	(3,44)	(2,19)	(0,49)	(0,76)
Ago/00	(3,56)	(2,31)	(0,51)	(0,74)
Set/00	(3,39)	(2,10)	(0,48)	(0,81)

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: CGFP/DIMAC/IPEA.

A dívida líquida do setor público consolidado (DLSP) atingiu R\$ 548 bilhões em setembro de 2000 (48,5% do PIB), contra R\$ 544,2 bilhões (48,6% do PIB) no mês anterior. Com a divulgação do valor do PIB de 1999, bastante inferior ao que se previa anteriormente, os valores da relação dívida/PIB alcançaram um novo patamar.<sup>2</sup> Em valores absolutos, essa elevação decorreu sobretudo da dívida mobiliária federal (títulos públicos federais, incluindo Tesouro e Banco Central), que cresceu de R\$ 476,4 bilhões (42,6% do PIB), em agosto, para R\$ 482,4 bilhões (42,7% do PIB), no mês seguinte. Esse aumento reflete principalmente a apropriação de juros e atualização monetária dos papéis em mercado. Dentre os fatores que contribuíram para diminuir a dívida mobiliária, destaca-se a oferta pública de ações da Petrobras (R\$ 922 milhões).

No período de janeiro a setembro, houve redução da participação relativa dos títulos indexados à taxa *over-selic* de 61,2% em janeiro para 53,2% em setembro. Nesse mês, foram resgatados liquidamente R\$ 560 milhões de LFT's, atendendo à política de redução gradual da dívida mobiliária pós-fixada do Tesouro. Além disso, a participação percentual dos títulos cambiais apresentou

queda (de 24,2% em dezembro de 1999, para 20,5% em setembro de 2000), em consequência, sobretudo, do resgate líquido de NTN-D's (R\$ 2 bilhões), ocorrido em setembro. Por outro lado, nesse mês ocorreu aumento da participação relativa dos títulos prefixados (15,7%, ante 9,9% em janeiro), devido às emissões líquidas de LTN (R\$ 3,8 bilhões), cujo estoque atingiu R\$ 80,2 bilhões em setembro. Desde meados de junho, com a melhoria das condições do mercado, o Tesouro Nacional retomou os leilões de títulos prefixados, após mais ou menos dois meses em que a incerteza quanto à trajetória esperada das taxas de juros resultara em aumento dos prêmios das LTN's. Em setembro, apesar da incerteza provocada pelas oscilações do preço do petróleo, o Tesouro Nacional manteve a política de substituição de papéis pós-fixados por prefixados. Em contrapartida, o prazo médio em mercado da dívida mobiliária competitiva do Tesouro, que vinha crescendo ininterruptamente desde janeiro (7,9 meses em janeiro para 14,2 meses em agosto), apresentou queda em setembro (13,9 meses), para o que também contribuiu a política de concentração de vencimentos dos papéis.<sup>3</sup>

---

<sup>2</sup> A estimativa anterior baseava-se no IGP como inflator que se revelou inadequado como *proxy* do deflator implícito do PIB.

---

<sup>3</sup> A política de concentração de vencimentos da dívida mobiliária tem o objetivo de aumentar a liquidez dos papéis em mercado e pode, ocasionalmente, reduzir o prazo médio, devido às sucessivas emissões em certas datas de vencimento (reoferta).

## BOX 1: Perspectivas para a dívida líquida do setor público

Para 2000, espera-se que a DLSP se situe em torno de 49,6% do PIB e as NFSP atinjam 4,4% do PIB. A diminuição da dívida e das NFSP em 2000, comparadas aos valores de 1999 (49,7% e 10,0% do PIB, respectivamente), refletirão a queda da taxa de câmbio após a desvalorização de janeiro e fevereiro de 1999, a política de redução dos juros básicos da economia (*over-selic*) e o cumprimento da meta de superávits primários de R\$ 37,0 bilhões. Contudo, em outubro de 2000, a dívida líquida do setor público em proporção do PIB deverá experimentar uma ligeira alta, decorrente do efeito da depreciação cambial nesse mês (cerca de 3,5%) sobre a dívida externa. A pressão sobre o câmbio ocorreu em função da incerteza provocada pelas oscilações do preço do petróleo - agravadas pela perspectiva de conflito no Oriente Médio -, instabilidade na Argentina e desempenho negativo das bolsas norte-americanas. A partir de novembro, a taxa de câmbio deve se acomodar em torno de 1,90 (R\$/US\$), encerrando o ano nesse nível, caso o cenário internacional se mantenha inalterado. Contribuirá para a estabilidade cambial a emissão de NBC-E (título cambial), com o que o BACEN deve sancionar a demanda do mercado por *hedge* cambial e aliviar um pouco a pressão sobre a taxa. A tabela a seguir contém estimativas para a dívida líquida, no período de outubro a dezembro de 2000 (os valores de setembro são realizados), bem como valores para dezembro de 2001 e 2002.

DLSP: ESTIMATIVAS PARA 2000-2002				
				% PIB
Período	DLSP	Dívida Mobiliária	Dívida Externa	Outras Dívidas
Set/00	48,5	42,7	9,52	-3,71
Out/00	50,8	43,0	11,69	-3,83
Nov/00	49,9	42,0	11,64	-3,71
Dez/00	49,6	41,6	11,66	-3,63
Dez/01	47,6	39,7	11,70	-3,76
Dez/02	46,9	38,4	12,35	-3,90

Fonte: Banco Central (dados primários). Elaboração:CGFP/DIMAC/IPEA.

Os valores da tabela acima foram gerados por meio de um modelo contábil, que assumiu os seguintes pressupostos: a) variação do ajuste patrimonial (esqueletos menos privatizações): R\$ 481 milhões (2000) e zero (2001 e 2002); b) taxa *over-selic* nominal média: 17,7% (2000), 14,3% (2001) e 12,6% (2002); c) inflação (variação do IGP-DI médio): 14,0% (2000), 10,0% (2001) e 6,0% (2002); d) taxa de câmbio média (R\$/US\$): 1,83 (2000), 1,87 (2001) e 1,83 (2002); crescimento real do PIB: 4,0% (2000), 4,5% (2001) e 4,5% (2002); e) superávit primário consolidado (% PIB): 3,3% (2000), 3,1% (2001) e 2,9% (2002).

De acordo com as projeções apresentadas na tabela, a meta indicativa para a dívida líquida prevista inicialmente para 2001 (46,5% do PIB) não seria alcançada até dezembro de 2002, devido à divulgação do valor do PIB de 1999, bem abaixo das estimativas anteriores. Dado esse fato, é provável que as metas para os próximos dois anos sejam revistas. Contudo, isso não parece ser um problema, pois a tendência da relação dívida/PIB continua decrescente.

Para a manutenção da tendência decrescente da dívida pública, é mister um estado favorável de expectativas, cujos principais sinais estão pressupostos no cenário traçado: crescimento do PIB, redução da taxa de juros, estabilidade cambial e solidez dos fundamentos fiscais. Asseguradas essas condições, a referida queda da relação dívida/PIB é compatível com certa diminuição do superávit primário, conforme as hipóteses explicitadas em (e) acima. Com isso, tem-se um ajuste fiscal capaz de deflagrar um "círculo virtuoso" (redução de juros e crescimento do produto) e manter a dívida líquida em trajetória sustentável, ao menos até o fim do atual mandato presidencial. Contudo, existem dúvidas se esse desempenho fiscal favorável do biênio 1999-2000 reflete uma mudança permanente no regime fiscal brasileiro. Dito de outro modo, que razões temos para crer que o próximo presidente – seja quem for – manterá o mesmo grau de compromisso com o ajuste fiscal que FHC tem demonstrado nos últimos dois anos? Portanto, a variável política surge como a principal fonte de incerteza em relação à sustentabilidade do regime fiscal corrente e, por extensão, da dívida líquida após 2002.

### 3 RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO FEDERAL

O governo central obteve superávit primário de R\$ 1,3 bilhão em setembro de 2000. Esse superávit é 65,7% inferior ao obtido em setembro de 1999. O principal motivo dessa redução reside na arrecadação com desistências de ações e pagamento de débitos em atraso (R\$ 1,5 bilhão), que em setembro de 1999 contribuiu para elevar o superávit primário, não se repetindo no mesmo mês deste ano. No acumulado até setembro de 2000, o resultado alcançou R\$ 20,3 bilhões (2,6% do PIB) comparado aos R\$ 20,7 bilhões (3,0 % do PIB), obtido no mesmo período de 1999, ambos computados pelo critério de pagamento efetivo. Esse resultado dos três primeiros trimestres contribuiu para gerar uma folga de R\$ 6,3 bilhões, em relação ao critério de desempenho de superávit primário do setor público estabelecido para o período.

A metodologia de apuração deste resultado divide a apropriação das contas em três caixas, ou seja, grupos específicos de receitas e despesas públicas: Tesouro Nacional, Previdência Social e Seguro-Desemprego. O primeiro engloba as receitas administradas (exclusive arrecadação do PIS-PASEP e contribuições dos servidores públicos para seguridade social) e as despesas com pessoal ativo (inclusive transferências aos estados e DF para pessoal), com outros custeios e capital, mais subsídios (decorrentes das operações oficiais de crédito). O segundo compreende o balanço previdenciário da União e se reparte em dois: INSS e inativos do governo federal (civis e militares). Contempla as respectivas receitas de contribuições e despesas com benefícios e custeio. Finalmente, o terceiro caixa refere-se a um programa público específico e considera a arrecadação do PIS-PASEP e as despesas com Seguro-Desemprego e abono salarial.

Essa metodologia permite visualizar que o ajuste do superávit primário ocorre com a obtenção de *megasuperávits* nas contas do Tesouro que compensam o elevado déficit previdenciário da União. No entanto, ao longo deste ano, observa-se uma redução do déficit do INSS e queda na taxa de crescimento do déficit do regime dos servidores públicos, o que efetivamente tem contribuído para o esforço fiscal, além de permitir uma expansão moderada de itens da despesa, tais como os Outros Custeios e Capital (OCC), no qual se concentram os programas e ações do governo na área social e demais investimentos.

O superávit do Tesouro Nacional, no período acumulado até setembro de 2000, foi de R\$ 38,7 bilhões (4,9% do PIB). Esse resultado supera em R\$ 1,1 bilhão o registrado no mesmo período do ano passado. Entretanto, esse valor representa uma queda de 0,5 ponto percentual do PIB no período (Tabela 3.1). O principal fator explicativo reside no decréscimo real das receitas do Tesouro Nacional. As receitas temporárias ou extraordinárias, que alcançaram R\$ 19,7 bilhões nos primeiros nove meses de 1999, foram de apenas R\$ 9,4 bilhões no mesmo período de 2000. A queda mais significativa ocorreu na arrecadação referente a desistência de ações judiciais, com uma perda de R\$ 4,7 bilhões, seguida da receita de concessões (R\$ 4,0 bilhões) e da Conta Petróleo (R\$ 2,4 bilhões). No entanto, a queda das receitas temporárias foi quase que compensada pelos efeitos do aumento da alíquota da COFINS (incluindo expansão da base) e a reintrodução da CPMF com alíquotas mais elevadas. Os gastos do Tesouro Nacional cresceram 14,7% ou 0,1 ponto percentual do PIB. A maior variação refere-se aos gastos com pessoal ativo explicada pelo realinhamento salarial de algumas categorias de servidores públicos, a concessão de auxílio moradia para os

magistrados, juízes e procuradores do Ministério Público da União e o pagamento de duas parcelas dos atrasados da diferença de até 28,86% aos servidores civis do Executivo, contra apenas uma no período de janeiro a setembro de 1999. Os dispêndios com OCC mantiveram-se em 3,8% do PIB no período. Vale destacar a aceleração nos gastos ocorrida durante o terceiro trimestre. A média mensal de R\$ 3,0 bilhões nos dois primeiros trimestres subiu para R\$ 3,9 bilhões entre julho e setembro. Este comportamento é explicado pelo retardamento na aprovação da Lei Orçamentária e o relativo afrouxamento da restrição fiscal, dada a geração de superávits primários do setor público consolidado acima da meta para o primeiro semestre.

O déficit previdenciário expandiu-se 6,7% em termos nominais, apresentando uma queda de 0,2 ponto percentual do PIB no período. O déficit do regime do INSS apresentou redução de R\$ 76 milhões em relação aos primeiros nove meses de 1999. Esse resultado explica-se pelo crescimento das receitas, que durante todo ano permaneceram acima do nível de 1999. A expansão do nível de emprego formal, que se elevou 3,7% entre janeiro e agosto de 2000 e o mesmo período de 1999, é o principal fator explicativo do crescimento das receitas. Além disso, as medidas de recuperação de crédito, tais como os depósitos judiciais, a sub-rogação na cessão de mão-de-obra e a receita do Simples produziram ganhos de cerca de R\$ 1,0 bilhão. Apesar do crescimento no valor médio dos benefícios previdenciários, vale ressaltar que ocorreu redução do déficit do INSS. O crescimento do volume de benefícios ocorreu em função dos reajustes do salário-mínimo (11% em abril) e dos benefícios acima do piso (5,8%), bem como do aumento de 3,6% na quantidade dos benefícios emitidos no período.

Com relação ao déficit na previdência dos servidores públicos, este cresceu R\$ 1,4 bilhão, porém caindo de 2,1 para 2,0% do PIB. O aumento das despesas com inativos é explicado pelo crescimento vegetativo e pelos mesmos fatores que atingem a despesa com pessoal ativo, dada a isonomia da política salarial garantida pela Constituição. A taxa de expansão das contribuições dos servidores ativos tem se mantido abaixo do aumento dos dispêndios com aposentadorias, reformas e pensões, em razão de uma taxa de reposição entre ativos e inativos abaixo de um.

O caixa do Seguro-Desemprego registrou superávit de R\$ 3,2 bilhões nos nove primeiros meses do ano. Esse superávit foi menor R\$ 89 milhões ou 0,1 ponto percentual do PIB em relação ao registrado até o terceiro trimestre de 1999. A queda da arrecadação com desistências de ações do PIS/PASEP e a redução da demanda por Seguro-Desemprego, motivada pelo crescimento econômico, são os principais fatores que explicam a redução do superávit do caixa do Seguro-Desemprego (seção 3.3).

Pelo conceito “abaixo da linha”, que mede a variação da dívida líquida, o governo federal (governo central exclusive empresas estatais)<sup>4</sup> registrou superávit primário de 2,1% do PIB nos fluxos dos últimos doze meses encerrados em setembro de 2000, contra um superávit de 2,3% na mesma posição de setembro de 1999 (Gráfico 3.1).

Para o último trimestre de 2000, espera-se que o governo central reduza o nível de superávit primário alcançado nos trimestres anteriores devido a fatores sazonais. O pagamento da uma

---

<sup>4</sup> O atual conceito de governo central adotado pelo Banco Central corresponde ao “governo federal e Banco Central” mais “INSS” mais “empresas estatais federais”. No resultado calculado “acima da linha” pela CGFP/DIMAC/IPEA, o governo federal inclui o INSS e exclui o Banco Central. Portanto, o conceito mais próximo de comparação com as NFSP primárias “abaixo da linha” (BACEN) é “governo central menos empresas estatais federais”.

nova parcela dos atrasados relativos ao reajuste de até 28,86% e o pagamento de 50% do 13º salário irá pressionar os gastos com pessoal. Além disso, o pagamento do 13º salário dos beneficiários do INSS e uma maior liberação dos gastos em OCC são fontes adicionais de dispêndio no último trimestre do ano. No entanto, esses fatores não são suficientes para que o

superávit primário do setor público em 2000 fique abaixo da meta estabelecida com o FMI. Espera-se um superávit global de cerca de R\$ 37 bilhões, no qual o governo central deverá contribuir com cerca de 58% do total. A folga de R\$ 6,3 bilhões obtida até o terceiro trimestre permite uma expansão de gastos que não compromete o andamento normal do ajuste fiscal, que se mantém sob controle.

**TABELA 3.1**  
**RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL**

Critério de Pagamento Efetivo  
JAN - SET /1999-2000

Especificação	R\$ milhões e % do PIB.							
	Set/99		Set/00		Jan-Set 1999		Jan-Set 2000	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
<b>A.Saldo do Tesouro</b> <sup>(1)</sup>	<b>5.496</b>	<b>6,3</b>	<b>3.408</b>	<b>3,5</b>	<b>37.603</b>	<b>5,4</b>	<b>38.659</b>	<b>4,9</b>
Receita do Tesouro	13.142	15,0	13.209	13,6	109.675	15,7	121.909	15,5
Transferências a Estados/Municípios <sup>(2)</sup>	(2.452)	(2,8)	(3.222)	(3,3)	(25.007)	(3,6)	(29.608)	(3,8)
Receita Líquida do Tesouro	10.690	12,2	9.987	10,3	84.668	12,1	92.301	11,8
Despesas	5.148	5,9	6.530	6,7	46.559	6,7	53.401	6,8
Pessoal e Encargos (Ativos + Transfer. aos Estados ao DF)	1.936	2,2	2.326	2,4	18.668	2,7	22.007	2,8
Outros Custeios e Capital	3.058	3,5	3.915	4,0	26.336	3,8	29.589	3,8
Subsídios <sup>(3)</sup>	153	0,2	289	0,3	1.555	0,2	1.805	0,2
<b>B.Saldo da Previdência</b>	<b>(2.178)</b>	<b>(2,5)</b>	<b>(2.449)</b>	<b>(2,5)</b>	<b>(20.146)</b>	<b>(2,9)</b>	<b>(21.497)</b>	<b>(2,7)</b>
INSS	(710)	(0,8)	(834)	(0,9)	(5.825)	(0,8)	(5.749)	(0,7)
Receita Total	3.914	4,5	4.501	4,6	34.155	4,9	39.033	5,0
Despesa do INSS	4.624	5,3	5.334	5,5	39.980	5,7	44.781	5,7
Benefícios Previdenciários	4.624	5,3	5.334	5,5	39.980	5,7	44.781	5,7
SERVIDORES PÚBLICOS (Inativos)	(1.468)	(1,7)	(1.616)	(1,7)	(14.321)	(2,1)	(15.749)	(2,0)
Contrib. Plano Seg. Soc. Servidores	259	0,3	280	0,3	2.362	0,3	2.405	0,3
Desp. com Aposent., Reform. e Pensões	1.727	2,0	1.896	1,9	16.683	2,4	18.154	2,3
<b>C.Saldo do Seguro-Desemprego</b>	<b>118</b>	<b>0,1</b>	<b>389</b>	<b>0,4</b>	<b>3.271</b>	<b>0,5</b>	<b>3.183</b>	<b>0,4</b>
Arrecadação do PIS/PASEP	802	0,9	862	0,9	7.543	1,1	7.343	0,9
Despesas do FAT	684	0,8	473	0,5	4.271	0,6	4.160	0,5
<b>D.Result. Prim. do Gov. Federal (A+B+C)</b>	<b>3.436</b>	<b>3,9</b>	<b>1.348</b>	<b>1,4</b>	<b>20.728</b>	<b>3,0</b>	<b>20.345</b>	<b>2,6</b>
<b>E. Result. Primário Apurado pelo BACEN</b>	<b>3.604</b>	<b>4,1</b>	<b>1.756</b>	<b>1,8</b>	<b>22.868</b>	<b>3,3</b>	<b>22.439</b>	<b>2,9</b>
<b>F. Discrepância Estatística</b> <sup>(4)</sup>	<b>(168)</b>	<b>(0,2)</b>	<b>(408)</b>	<b>(0,4)</b>	<b>(2.140)</b>	<b>(0,3)</b>	<b>(2.094)</b>	<b>(0,3)</b>

Fontes: SIAFI-CCONT/STN, COFIN/STN, SRF e BACEN. Elaboração: CGFP/DIMAC/IPEA.

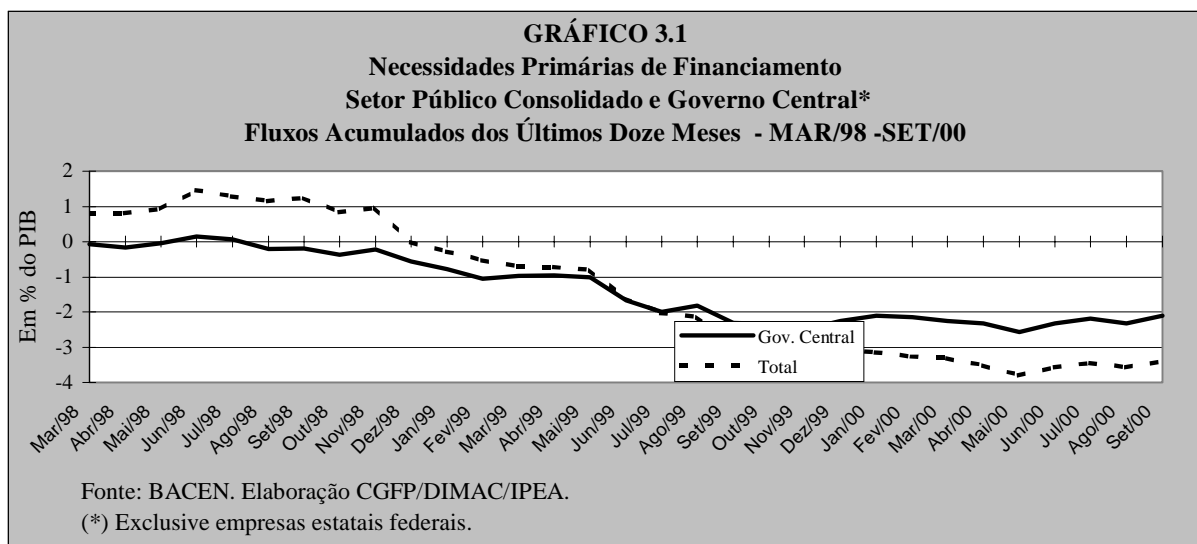
PIB de R\$ 697,9 e R\$ 785,5 bilhões, respectivamente, para os primeiros nove meses de 1999 e 2000.

(1) Inclui o resultado primário do Banco Central.

(2) Incluem as transferências constitucionais (exceto aquelas destinadas aos fundos regionais: FNE/FNO/FCO) mais Lei Complementar nº 87/96 (Lei Kandir)

(3) Corresponde aos subsídios de juros nas operações oficiais de crédito (custeio agropecuário, política de preços agrícolas e financiamento às exportações) e nas operações dos fundos regionais FNE/FNO/FCO mais a taxa de administração do patrimônio desses fundos.

(4) Corresponde à diferença entre o resultado primário do governo central apurado "acima da linha" pela STN/MF e o resultado primário do governo central (exclusive empresas estatais federais) "abaixo da linha" do Banco Central. Para maiores detalhes veja nota de rodapé anterior.



### 3.1 TESOURO NACIONAL

Tesouro Nacional obteve superávit primário de R\$ 38,7 bilhões (4,9% do PIB) nos nove primeiros meses de 2000, superando em R\$ 1,1 bilhão o resultado alcançado no mesmo período de 1999 (Tabela 3.2). A receita líquida cresceu 9,0% em termos nominais, embora tenha caído 0,4 ponto percentual do PIB. Os gastos do Tesouro Nacional cresceram 0,1 ponto percentual do PIB, pressionado principalmente pelo aumento de 17,9% dos gastos com pessoal ativo.

A COFINS e a CPMF foram as principais responsáveis pela expansão da arrecadação e compensaram a queda com as receitas extraordinárias, tais como desistências de ações, débitos em atraso, concessões e recursos da Conta Petróleo. O IPI iniciou sua recuperação a partir de meados do ano e deve acelerar seu crescimento no último trimestre do ano.

O crescimento das transferências pode ser explicado pela expansão das demais transferências, como salário-educação, *royalties* e nos meses de agosto e setembro pela antecipação de recursos da lei de desoneração do ICMS. Além disso, o crescimento na arrecadação do IPI vem

contribuindo para os aumentos dos repasses do FPE/FPM, a despeito da queda das receitas extraordinárias que teve impacto sobre o imposto de renda.

Pelo lado das despesas efetuadas pelo Tesouro Nacional, destaca-se o crescimento dos gastos com pessoal ativo em função do realinhamento salarial de algumas carreiras, pagamento de duas parcelas dos atrasados referentes ao reajuste de até 28,86% e pagamento de auxílio moradia aos juizes. Os gastos com OCC aceleraram-se, no terceiro trimestre, em razão dos resultados primários acima da meta e descompressão ocorrida após a aprovação da Lei Orçamentária.

Nas seções a seguir, serão discutidas com mais detalhes as despesas e receitas do Tesouro Nacional, num universo maior do que aquele tratado nesta seção. Na receita, incluem-se a arrecadação do PIS-PASEP e das contribuições dos servidores para seguridade social. Nas despesas, computam-se todo o gasto com pessoal (ativos e inativos) e o Seguro-Desemprego mais abono salarial. As análises contemplam itens dos caixas do Seguro-Desemprego e da previdência, como contabilizado pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

**TABELA 3.2**  
**RESULTADO PRIMÁRIO DO TESOURO NACIONAL**  
**JAN-SET/1999-2000**

	R\$ milhões e % do PIB			
	1999		2000	
	R\$	%	R\$	%
I. Receita do Tesouro	109.675	15,7	121.909	15,5
Restituições e Incentivos Fiscais	3.807	0,55	6.091	0,78
II. Transferências a Estados/Municípios <sup>(1)</sup>	(25.007)	(3,6)	(29.608)	(3,8)
III.Receita Líquida do Tesouro (I+II)	84.668	12,1	92.301	11,8
IV.Despesas	46.559	6,7	53.401	6,8
Pessoal e Encargos (Ativos + Transfer. aos Estados e ao DF)	18.668	2,7	22.007	2,8
Outros Custeios e Capital	26.336	3,8	29.589	3,8
Subsídios <sup>(2)</sup>	1.555	0,2	1.805	0,2
<b>V. Resultado Primário do Tesouro Nacional (III-IV) <sup>(3)</sup></b>	<b>37.603</b>	<b>5,4</b>	<b>38.659</b>	<b>4,9</b>

Fontes: SIAFI-CCONT/STN, COFIN/STN, SRF e BACEN. Elaboração: CGFP/DIMAC/IPEA.

PIB de R\$ 697,9 e R\$ 785,5 bilhões, respectivamente, para os primeiros nove meses de 1999 e 2000.

(1) Incluem as transferências constitucionais (exceto aquelas destinadas aos fundos regionais: FNE/FNO/FCO) mais Lei Complementar nº 87/96 (Lei Kandir).

(2) Corresponde aos subsídios de juros nas operações oficiais de crédito (custeio agropecuário, política de preços agrícolas e financiamento às exportações) e nas operações dos fundos regionais FNE/FNO/FCO mais a taxa de administração do patrimônio desses fundos.

(3) Inclui o resultado primário do Banco Central.

### 3.1.1. RECEITAS

A arrecadação federal atingiu, no terceiro trimestre de 2000, R\$ 143,8 bilhões<sup>5</sup>, a preços de setembro, caindo 2,7%, em termos reais, em relação a igual período de 1999 (Tabela 3.3). Esse resultado deveu-se, essencialmente, a receitas atípicas, que impulsionaram a arrecadação em 1999, e que não se repetiram em 2000.

Destacam-se como principais fontes de receitas extraordinárias nos primeiros nove meses de 1999: a desistência de ações judiciais com o conseqüente pagamento de débitos em atraso referentes ao PIS/PASEP, COFINS, CSLL e IRPJ; as concessões, principalmente, pelo pagamento da segunda

e terceira parcelas relativas a concessões do Sistema Telebras (março e junho); os resultados positivos da Conta Petróleo; os efeitos da desvalorização cambial sobre o IRRF-Rendimentos de Capital, IRPJ e CSLL; e a tributação do IOF sobre fundos de investimento. Esses itens responderam, a preços de setembro de 2000, por uma arrecadação conjunta de R\$ 23,3 bilhões, em 1999, contra R\$ 5,6 bilhões, em 2000, o que provocou um decréscimo real de 71,3% nas receitas transitórias.

Os impostos apresentaram queda real de 8,2% (Tabela 3.4). A influência de fatores atípicos sobre os impostos, em 1999, ajuda a explicar esse declínio. Somente as receitas extras sobre o IRRF-Rendimentos de Capital, IRPJ e IOF representaram 6,8% daquele percentual. A exemplo do que ocorreu ao longo do

<sup>5</sup> Nesta subseção, os valores em reais são apresentados a preços correntes, salvo quando explicitado diversamente.

primeiro semestre, o imposto que mais contribuiu para essa redução, em termos absolutos, foi o IRRF-Rendimentos de Capital: R\$ 4,5 bilhões, a preços de setembro de 2000. O decréscimo na arrecadação desse tributo resultou da redução do rendimento das aplicações financeiras, como consequência da queda da taxa de juros e dos efeitos da desvalorização cambial sobre as operações de *swap*, em 1999. Outros impostos atrelados à taxa de câmbio apresentaram variação real negativa, como pode ser observado na Tabela 3.4.

Por outro lado, alguns impostos registraram aumentos reais de arrecadação. O IPI apresentou crescimento real de 0,8%, mostrando sinais de recuperação. Esse resultado deveu-se, principalmente, ao desempenho do IPI-Automóveis (+203,9%), em função da alteração na sistemática de arrecadação do tributo e do maior volume das vendas. Dentre os impostos que apresentaram variação real positiva destacam-se: o IRPJ (12,5%), o IPI-Outros (2,5%), e o IRRF-Rendimentos do Trabalho (2,5%). Estes impostos têm a sua importância relacionada ao fato de refletirem o desempenho da economia, o crescimento da indústria e o aumento da massa salarial do mercado formal, respectivamente, embora estes não sejam os únicos fatores determinantes das receitas auferidas com esses tributos. O IRPJ, por exemplo, teve a sua arrecadação influenciada pelo elevado faturamento de grandes empresas dos setores de combustível e telecomunicações. Em particular, os resultados da Petrobras têm crescido devido ao aumento do preço internacional do petróleo. A Petrobras, como outras empresas de grande porte, recolhe esse imposto, mensalmente, com base no faturamento, e realiza o ajuste no ano seguinte, com base no lucro real, o que tende a elevar a arrecadação do IRPJ se a economia está crescendo, ou, se o

faturamento aumenta por outros motivos. De qualquer forma, observa-se o início da recuperação de alguns impostos em função do reaquecimento da atividade econômica.

As contribuições tiveram crescimento real de 15,3% (Tabela 3.4), percentual inferior ao verificado no primeiro semestre. Destacam-se o desempenho da COFINS e da CPMF, como vem ocorrendo ao longo do ano, embora com menor intensidade. A reintrodução da cobrança da CPMF (junho de 1999) à alíquota de 0,38% e a sua posterior alteração para 0,30% (junho de 2000) permitiram um aumento de R\$ 6,4 bilhões na arrecadação total (Tabela 3.5). Os efeitos da elevação da alíquota da COFINS de 2% para 3% e da extensão da base de incidência para as instituições financeiras (março de 1999) e para as concessionárias de energia elétrica, telecomunicações, combustíveis e minerais (julho de 1999) produziram um ganho adicional de R\$ 3,5 bilhões, em relação a 1999. As duas contribuições foram responsáveis por um incremento na arrecadação federal de R\$ 12,2 bilhões, em 2000. Ressalta-se que o aquecimento da economia reforça a arrecadação dessas contribuições. A CSLL também registrou aumento real de receita, basicamente, pelos mesmos motivos do IRPJ. Além disso, em agosto de 1999, deixou de ser permitida a compensação do acréscimo da alíquota da COFINS na CSLL. Com relação ao PIS/PASEP, retirando-se da base de comparação o elevado volume de receitas extraordinárias que incidiu sobre o tributo, em 1999, essa contribuição passa a apresentar um crescimento real de 7,3% (Tabela 3.3), o que mostra um bom desempenho em 2000.

As outras receitas cresceram, em termos reais, 26,1% (Tabela 3.3), com destaque para aquelas decorrentes do recolhimento de *royalties* pela Petrobras

(R\$ 1,6 bilhão) e por Itaipu (274,7 milhões) e do Programa de Recuperação Fiscal – REFIS (484,2 milhões), sem correspondência em igual período de 1999. Adicionalmente, houve aumento das receitas diretamente arrecadadas por órgãos da administração direta e indireta.

A redução das receitas transitórias ao longo de 2000 tem sido bastante significativa, constituindo um fator explicativo para a queda real de arrecadação do imposto de renda, PIS/PASEP, IOF e demais receitas (Tabela 3.4). A desistência de ações judiciais com o conseqüente pagamento de débitos em atraso, que afetou principalmente o PIS/PASEP, em 1999, não se repetiu em

2000. As demais receitas tiveram uma queda de R\$ 3,9 bilhões com receitas de concessão e R\$ 2,4 bilhões devido à ausência de superávits na Conta Petróleo (Tabela 3.5). Entretanto, o aumento das receitas proporcionado pelas contribuições, bem como a elevada quantidade de depósitos judiciais e administrativos, em 2000, tem compensado, em parte, o volume significativo de receitas extraordinárias do ano anterior. Esses depósitos totalizaram, até setembro, R\$ 3,98 bilhões contra R\$ 1,38 bilhão, em igual período de 1999, e tiveram maior incidência sobre o IRPJ (R\$ 1,3 bilhão), a COFINS (R\$ 924,3 milhões) e a CSLL (R\$ 661,4 milhões).

**TABELA 3.3**  
**ARRECADAÇÃO FEDERAL**  
**RECEITAS PERMANENTES - ARRECADADORAS E REGULATÓRIAS - E TRANSITÓRIAS**  
**JAN - SET/1999 - 2000**

	R\$ milhões de setembro/00.		
<b>Receitas</b> <sup>(1)</sup>	<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>Variação(%)</b>
<b>1. Permanentes</b>	<b>122.876</b>	<b>136.665</b>	<b>11,2</b>
<b>1.1. Arrecadoras</b>	<b>112.165</b>	<b>127.823</b>	<b>14,0</b>
<b>Impostos</b>	<b>56.529</b>	<b>56.904</b>	<b>0,7</b>
IPI - Total	13.969	14.085	0,8
IR - Total (excluindo pagamentos de débitos em atraso e efeitos da desvalorização cambial)	42.560	42.818	0,6
<b>Contribuições</b>	<b>45.986</b>	<b>58.755</b>	<b>27,8</b>
COFINS (excluindo pagamentos de débitos em atraso)	25.392	29.782	17,3
CPMF	4.939	11.130	125,3
PIS/PASEP (excluindo pagamentos de débitos em atraso)	7.147	7.671	7,3
CSLL (excluindo pagamentos de débitos em atraso e efeitos da desvalorização cambial)	5.455	7.237	32,7
CPSS	2.704	2.646	(2,2)
Contribuição para o FUNDAF	350	289	(17,4)
<b>Outras Receitas</b> <sup>(2)</sup>	<b>9.650</b>	<b>12.165</b>	<b>26,1</b>
<b>1.2. Regulatórias</b>	<b>10.711</b>	<b>8.842</b>	<b>(17,5)</b>
Imposto sobre Importação	6.787	6.278	(7,5)
IOF (excluindo tributação sobre fundos de investimentos)	3.725	2.365	(36,5)
ITR	199	199	(0,2)
<b>2. Transitórias</b>	<b>24.966</b>	<b>7.171</b>	<b>(71,3)</b>
Débitos em Atraso (Lei nº 9.779/99)	<b>5.558</b>	<b>0</b>	
PIS/PASEP	1.931	0	
COFINS	1.699	0	
CSLL	1.208	0	
IRPJ	720	0	
Efeitos da Desvalorização Cambial	<b>2.876</b>	<b>302</b>	<b>(89,5)</b>
IRPF-Rendimentos de Capital	2.385	302	(87,3)
IRPJ e CSLL	491	0	
IOF (tributação sobre fundos de investimentos)	1.232	0	
Concessões	10.768	5.266	(51,1)
Dividendos <sup>(3)</sup>	1.625	1.604	(1,3)
Conta-Petróleo	2.908	0	
<b>3. Receita Total (1+2)</b>	<b>147.842</b>	<b>143.836</b>	<b>(2,7)</b>

Fontes: Secretaria da Receita Federal e Secretaria do Tesouro Nacional/MF. Elaboração:CGFP/DIMAC/IPEA. Inflator:IGP-DI.

(1) Exclui-se as Receitas do INSS. Não estão deduzidos os incentivos fiscais e restituições.

(2) Outras Receitas inclui as receitas diretamente arrecadadas pela STN e outras receitas administradas pela SRF.

(3) Os dividendos foram classificados como não regulares porque grande parte das empresas está em processo de privatização

Obs.: Tributos regulatórios são aqueles que têm, entre seus objetivos, regular a atividade econômica.

Já os arrecadores objetivam precipuamente à coleta de receita para o Estado.

**TABELA 3.4**  
**ARRECADAÇÃO FEDERAL**  
**IMPOSTOS - CONTRIBUIÇÕES - DEMAIS RECEITAS**  
**JAN - SET/1999 - 2000**

	R\$ milhões de setembro/00.		
	<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>Variação(%)</b>
<b>IMPOSTOS</b>	<b>71.944</b>	<b>66.047</b>	<b>(8,2)</b>
IMPOSTO SOBRE IMPORTAÇÃO	6.787	6.278	(7,5)
II - Petróleo	347	254	(26,8)
II - Demais	6.440	6.024	(6,5)
IPI	13.969	14.085	0,8
IPI - Fumo e Bebidas	3.814	2.984	(21,8)
IPI - Automóveis	559	1.700	203,9
IPI - Vinculado à Importação	3.917	3.584	(8,5)
IPI - Outros	5.678	5.818	2,5
IMPOSTO SOBRE A RENDA	46.033	43.120	(6,3)
IRPF	3.218	3.228	0,3
IRPJ	12.356	13.900	12,5
IRRF	30.458	25.992	(14,7)
IRRF - Rendimentos do Trabalho	12.790	13.113	2,5
IRRF - Rendimentos de Capital	12.727	8.196	(35,6)
IRRF - Remessas para o Exterior	3.074	2.384	(22,5)
IRRF - Outros Rendimentos	1.867	2.300	23,2
IOF	4.956	2.365	(52,3)
ITR	199	199	(0,2)
<b>CONTRIBUIÇÕES</b>	<b>50.947</b>	<b>58.755</b>	<b>15,3</b>
CPMF	4.939	11.130	125,3
COFINS	27.091	29.782	9,9
PIS/PASEP	9.078	7.671	(15,5)
CSLL	6.785	7.237	6,7
OUTRAS <sup>(1)</sup>	3.054	2.934	(3,9)
<b>DEMAIS RECEITAS <sup>(2)</sup></b>	<b>24.951</b>	<b>19.034</b>	<b>(23,7)</b>
<b>RECEITA TOTAL BRUTA <sup>(3)</sup></b>	<b>147.842</b>	<b>143.836</b>	<b>(2,7)</b>

Fontes: Secretaria da Receita Federal e Secretaria do Tesouro Nacional/MF. Elaboração:CGFP/DIMAC/IPEA. Inflator:IGP-DI.

(1) Engloba a CPSS e Contribuição para o FUNDAF.

(2) Engloba Outras Receitas Administradas SRF, Dividendos, Concessões, Conta Petróleo, e Receitas Diretamente Arrecadadas STN.

(3) Exclusivo as Receitas do INSS.

Não estão deduzidos os incentivos fiscais e restituições.

**TABELA 3.5**  
**PRINCIPAIS IMPACTOS NA ARRECADAÇÃO FEDERAL <sup>(1)</sup>**  
**JAN-SET/1999-2000**

	R\$ milhões		
	<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>Variações</b>
CPMF (reintrodução e aumento de alíquota)	4.180	10.629	6.449
COFINS (aumento de alíquota e de base de tributação)	6.451	9.906	3.455
Depósitos Judiciais e Administrativos	1.388	3.988	2.600
Desistências de Ações Judiciais (Lei 9779/99)	4.682	-	(4.682)
Concessões	9.059	5.135	(3.924)
Conta Petróleo	2.398	-	(2.398)
Efeitos da Desvalorização Cambial	2.388	289	(2.099)
IRRF-Capital - Tributação sobre Operações de Hedge	1.988	289	(1.699)
IRPJ e CSLL	400	-	(400)
IOF	1.020	(505)	(1.525)
Tributação sobre Fundos de Investimento	1.020	-	(1.020)
Redução de Alíquota de 6% para 1,5% em Operações de Crédito	-	(505)	(505)
<b>TOTAL</b>	<b>31.566</b>	<b>29.442</b>	<b>(2.124)</b>

Fontes: Secretaria da Receita Federal e Secretaria do Tesouro Nacional/MF. Elaboração:CGFP/DIMAC/IPEA

(1) Exclui as Receitas do INSS

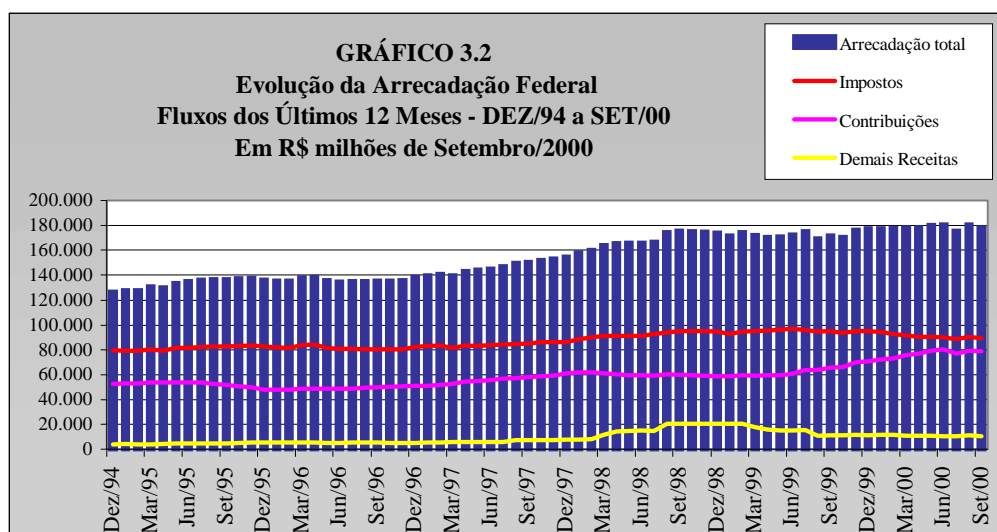
O Gráfico 3.2 mostra o comportamento da arrecadação federal entre dezembro de 1994 e setembro de 2000 (fluxos dos últimos 12 meses), a preços de setembro de 2000. Nota-se que a arrecadação federal cresce continuamente, em termos reais, a partir de fevereiro de 1997, mantendo-se estável a partir de novembro de 1999. O crescimento inicial deve-se ao início da vigência da CPMF.

O aumento da alíquota e a extensão da base de tributação da COFINS, em março e julho de 1999, juntamente com a reintrodução da CPMF com alíquota mais elevada, em junho do mesmo ano, dão uma nova dinâmica à trajetória da arrecadação total, que passa claramente a ser determinada

pelos contribuições. No final do período analisado, há uma tendência ascendente para a trajetória das contribuições e de estabilidade para a trajetória da arrecadação total.

Nota-se um aumento da participação percentual das contribuições na arrecadação total, ao contrário dos impostos e demais receitas, que têm reduzido as suas participações no total arrecadado, ao longo dos últimos períodos.

Ressalta-se que só se contabilizam as receitas conforme apurado pela Secretaria da Receita Federal, ao contrário do que mostram as tabelas 3.3 e 3.4, que se referem a dados da SRF e da STN. A razão de se seguir este caminho é a disponibilidade da série de dados.



## Arrecadação Federal para 2000

**P**ara o ano 2000, mantida a previsão de crescimento do PIB de 3,9%, a arrecadação federal deverá ficar aproximadamente 10,9% maior do que a verificada em 1999, assumindo inflação acumulada, no ano, de 10%, medida pelo IGP-DI,

correspondendo a uma variação média do índice de 13,5%. Os maiores ganhos de receita deverão ser gerados, principalmente, pelo efeito 12-meses da arrecadação da COFINS à alíquota de 3%; pelo efeito 12-meses da arrecadação da CPMF com alíquotas de 0,38% e 0,30% (a partir de 17 de junho) e pela expansão

nominal do PIB.

As alterações introduzidas na Legislação Tributária em 1999 (como aumentos de alíquotas e extensão da base de tributação), aliadas a um melhor desempenho da economia, têm permitido compensar as perdas de receitas extraordinárias verificadas em 1999. Além

disso, têm melhorado a qualidade da arrecadação, reduzindo a dependência de receitas transitórias, uma vez que as fontes de arrecadação passam a ser permanentes e mais consistentes.

A Tabela 3.6 apresenta estimativas para a arrecadação federal em 2000, o que elevaria a arrecadação em 10,9% com relação a 1999.

**TABELA 3.6**  
**ARRECADAÇÃO FEDERAL PARA 2000**

R\$ milhões			
RECEITAS	1999	2000	Variação (%)
1. Impostos	81.086	85.544	5,5
2. Contribuições	60.790	76.945	26,6
3. Outras Receitas Administradas pela SRF	681	1.315	93,0
<b>4. Receitas Administradas pela SRF (1+2+3)</b>	<b>142.557</b>	<b>163.803</b>	<b>14,9</b>
5. Outras Receitas (*)	25.345	22.349	(11,8)
<b>6. Receita Total (4+5)</b>	<b>167.902</b>	<b>186.152</b>	<b>10,9</b>

Fontes: Secretaria da Receita Federal e Secretaria do Tesouro Nacional/MF. Elaboração:CGFP/DIMAC/IPEA.

Para 2000, estimativa da CGFP/DIMAC/IPEA, com base na arrecadação de janeiro a dezembro de 1999

e nos seguintes parâmetros: IGP-DI Médio = 13%; taxa crescimento do PIB = 3,9%.

(\*) Inclui Receitas Diretamente Arrecadadas, Concessões e Conta Petróleo.

### 3.1.2 DESPESAS

**A**s despesas do Tesouro Nacional nos primeiros nove meses de 2000 (exclusive gastos com benefícios do INSS) aumentaram, em termos nominais, 13,8% em relação ao mesmo período de 1999 (Tabela 3.7 e Gráfico 3.3), porém tiveram queda real de 0,8% (deflator IGP-DI). Como proporção do PIB, essas despesas, devido ao esforço de contenção de gastos pelo Tesouro Nacional, caíram de 13,2% no período de janeiro a setembro de 1999 para 12,8% no mesmo período de 2000. Os gastos que mais cresceram, em termos nominais, foram transferências aos estados e municípios (18,4%), subsídios e subvenções econômicas (16,1%), pessoal e

encargos sociais (13,6%), e outros custeios e capital (12,4%). Já as despesas do FAT, compreendendo os gastos com Seguro-Desemprego e abono salarial aos beneficiários do PIS-PASEP, apresentaram queda de 2,6%.

As despesas com outros custeios e capital (OCC), inclusive gastos com desapropriação de terras para reforma agrária, alcançaram R\$ 29,6 bilhões nos primeiros nove meses do ano, contra R\$ 26,3 bilhões em igual período do ano passado. Em relação ao PIB, houve queda de 0,16 ponto de porcentagem quando se comparam os dois períodos (caíram de 3,75% para 3,59% do PIB). No entanto, nos últimos meses, observou-se aumento

dos gastos do OCC (a média mensal de R\$ 2,97 bilhões verificada no primeiro semestre do ano cresceu para R\$ 3,92 bilhões no terceiro trimestre), o que é parcialmente explicado pelo atraso da votação do Orçamento de 2000. O bom desempenho das contas públicas no corrente ano, que vem proporcionando o cumprimento das metas fiscais, abriu espaço para a ampliação dessas despesas.

Quanto às transferências aos estados e municípios, houve expressivo crescimento nominal de 18,4% nos primeiros nove meses de 2000 em relação ao mesmo período do ano passado (aumento real de 3,1%). Isso foi decorrência principalmente do acréscimo de R\$ 2,3 bilhões do item “Demais Transferências”, que inclui R\$ 1,3 bilhão de pagamento de “royalties” por parte da Petrobras (não houve esse recolhimento no mesmo período do ano passado) e o aumento de R\$ 455 milhões das transferências por conta do salário educação. As transferências constitucionais tiveram queda real de 2,1%, devido ao menor recolhimento, no corrente ano, de

algumas receitas como, por exemplo, do IRPJ que, no ano passado, foi inflado pelas receitas extraordinárias relativas ao pagamento de débitos em atraso. Da mesma forma, também no ano passado, houve arrecadação extraordinária do imposto de renda sobre aplicações em fundos de renda fixa com aniversário posterior ao dia 22 de dezembro de 1998. Como percentagem do PIB, houve aumento do total das transferências aos estados e municípios, passando de 3,56%, no período de janeiro a setembro de 1999, para 3,60% no mesmo período de 2000.

O comportamento dos gastos com o FAT no corrente ano está aquém do verificado no ano passado, consequência da significativa melhora do desempenho do mercado de trabalho formal. No período analisado, houve queda nominal de 2,6%, passando de R\$ 4,27 bilhões para R\$ 4,16 bilhões. Quanto aos gastos do Tesouro com subsídios e subvenções econômicas, houve aumento nominal de 16,1% devido principalmente ao aumento das despesas de AGF (passaram de R\$ 72 milhões para R\$ 341 milhões no período analisado).

**TABELA 3.7**  
**DESPESAS DO TESOUREO NACIONAL**  
**Janeiro-Setembro/ 1999-2000**

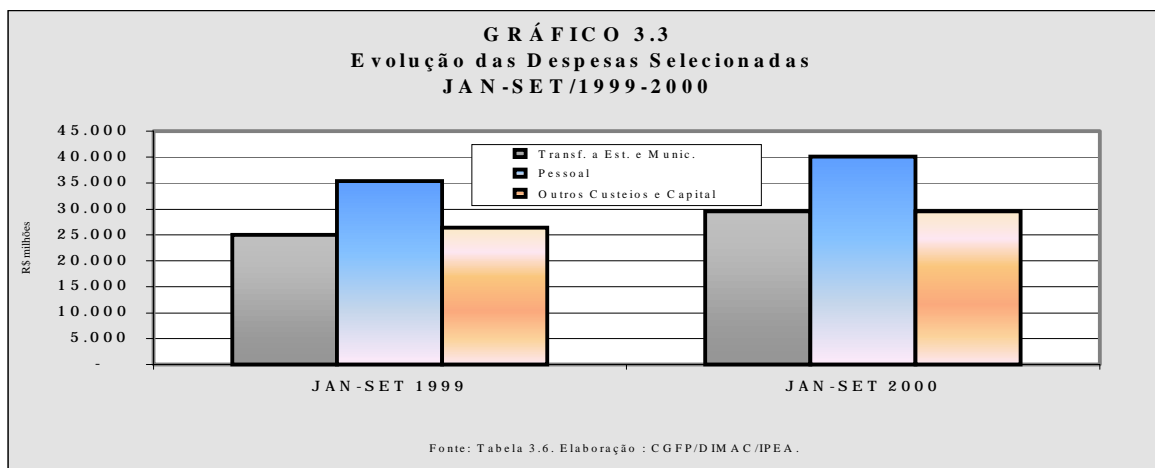
Especificação	R\$ milhões		
	1999	2000	Varição (%)
<b>Despesa Total</b> <sup>(1)</sup>	<b>92.520</b>	<b>105.323</b>	<b>13,84</b>
Transferências a Estados e Municípios <sup>(2)</sup>	25.007	29.608	18,40
Pessoal e Encargos Sociais	35.351	40.161	13,61
Despesas do FAT	4.271	4.160	(2,60)
Outros Custeios e Capital	26.336	29.589	12,35
Subsídios e Subvenções Econômicas <sup>(3)</sup>	1.555	1.805	16,06

Fonte : SIAFI - CCONT/STN. Elaboração CGFP/DIMAC/IPEA.

(1) Apurado pelo critério de pagamento efetivo.

(2) Transferências Constitucionais mais Lei Complementar nº87/96 e demais transferências.

(3) Corresponde aos subsídios de juros nas operações oficiais de crédito (custeio agropecuário, política de preços agrícolas e financiamento às exportações) e nas operações dos fundos regionais FNE/FNO/FCO mais a taxa de administração do patrimônio desses fundos.

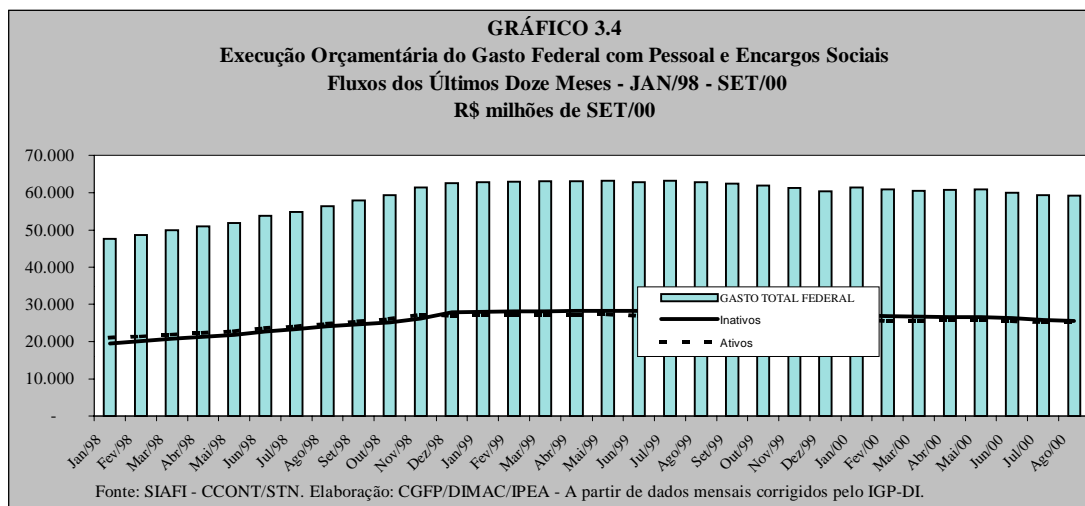


## Gastos com Pessoal

Os gastos com pessoal e encargos sociais, apurados pelo critério de competência, alcançaram R\$ 40,9 bilhões nos primeiros nove meses do ano, representando crescimento nominal de 12,4% em relação aos R\$ 36,4 bilhões verificados em igual período do ano passado. No entanto, em termos reais, houve decréscimo de 2,1%. Pelo critério de caixa, as despesas com pessoal atingiram R\$ 40,2 bilhões contra R\$ 35,4 bilhões nesses dois períodos, respectivamente, apresentando aumento de 13,6% no mesmo intervalo. Por esse critério, essas despesas, como percentagem do PIB, permaneceram no mesmo patamar (5,1%).

O aumento nominal das despesas com pessoal da União tem refletido a política salarial do Executivo em conceder reajustes diferenciados a algumas categorias de servidores públicos. Dessa forma, ao longo de 1999 e do corrente ano, tem sido promovida a reestruturação ou o realinhamento salarial de algumas carreiras, consideradas estratégicas para o

setor público, tais como as de fiscalização, ciência e tecnologia, professores universitários, procuradores e militares. Recentemente, houve a criação de novas carreiras (procurador federal e fiscal federal agropecuário entre outras) e a reestruturação de algumas carreiras como as de analista de comércio exterior e as do grupo de ciência e tecnologia. Outros fatores que explicam o aumento da folha de 13,6%, em um período em que não houve reajuste geral dos vencimentos dos servidores públicos, são: a) pagamento de 9 folhas salariais nos primeiros nove meses do corrente ano, contra 8,7 folhas no mesmo período do ano passado; b) pagamento, no corrente ano, de 2 das 14 parcelas dos atrasados referentes a diferença do reajuste de 28,86% aos servidores do Poder Executivo em 2000, contra o pagamento de apenas uma única parcela no mesmo período do ano passado; c) aumento dos gastos com pessoal dos poderes Judiciário e Legislativo e d) concessão, a partir de janeiro último, de auxílio moradia aos magistrados, juizes e procuradores do Ministério Público da União.



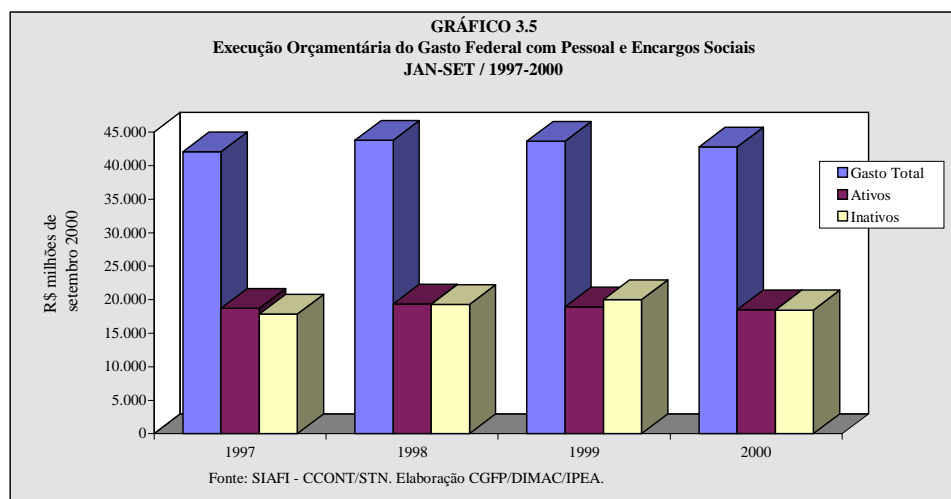
Acompanhando a evolução real dos fluxos dos últimos doze meses das despesas com pessoal e encargos sociais (critério de competência), observa-se tendência de paulatina redução desses gastos a partir do início do ano passado (Gráfico 3.4). Em setembro último, a preços desse mês, essas despesas alcançaram R\$ 59,1 bilhões, o que representa queda de 5,3% em relação as do mesmo mês do ano passado.

Nos nove primeiros meses do ano, tanto os gastos com pessoal ativo como com inativos alcançaram R\$ 18,5 bilhões. Comparando-se com os dados do mesmo período do ano passado, verifica-se que os gastos com ativos e inativos caíram, em termos reais, 2,3% e 7,7%, respectivamente. Quando se dividem os gastos com o funcionalismo em pessoal civil e militar, observa-se que, no período, decresceram, em termos reais, 5,2% e 4,7%, respectivamente (Tabela 3.8).

Se a União conseguir conter as pressões adicionais de gastos com pessoal no último trimestre, a previsão para o corrente ano é de continuação da tendência

de gastos maiores com essa rubrica, em termos nominais, mas menores, em termos reais, do que os verificados no ano passado. Medidas adotadas em anos passados com o intuito de reduzir as despesas com pessoal, tais como a extinção do adicional por tempo de serviço (exceção dos militares), a redução do número de cargos comissionados e a suspensão temporária de promoções, estão contribuindo para conter, em parte, o crescimento da folha salarial. Para o próximo ano, no entanto, as pressões serão bem maiores. No âmbito do Executivo, prevê-se grande aumento de gastos com a entrada em vigor da nova Lei de Remuneração dos Militares, a qual calcula-se vai proporcionar reajuste médio de 30% a essa categoria. No âmbito dos poderes judiciário e legislativo, haverá o impacto da recente medida tomada pelo STF de conceder reajuste de 11,98% aos servidores, com o pagamento dos atrasados desde 1994 (só no Judiciário, a previsão inicial é de gastos de R\$ 2,4 bilhões com o pagamento dos atrasados e gastos anuais de R\$ 0,8 bilhão com o reajuste).

Os gráficos 3.4 e 3.5 ilustram o comportamento dos gastos federais com pessoal e encargos sociais nos últimos anos.



**TABELA 3.8**  
**GASTO PÚBLICO FEDERAL COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS**  
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social  
JAN-SET/1997-2000

DENOMINAÇÃO	R\$ milhões de setembro/00			
	1997	1998	1999	2000
<b>A. Pessoal Civil</b>	<b>26.338</b>	<b>27.251</b>	<b>27.692</b>	<b>26.256</b>
Ativos	14.714	14.988	14.931	14.431
Inativos e Pensionistas (*)	11.624	12.263	12.760	11.824
<b>B. Pessoal Militar</b>	<b>10.249</b>	<b>11.373</b>	<b>11.244</b>	<b>10.714</b>
Ativos	4.000	4.375	3.994	<b>4.064</b>
Reformas e Pensões (*)	6.249	6.998	7.250	6.650
<b>C. Pessoal Civil e Militar (A + B)</b>	<b>36.586</b>	<b>38.624</b>	<b>38.936</b>	<b>36.970</b>
Ativos	18.714	19.363	18.926	18.495
Inativos, pensionistas, reformas e pensões (	17.872	19.262	20.010	18.474
<b>D. Total União (C + Obrigações Patronais e Outras Aplicações)</b>	<b>39.875</b>	<b>41.768</b>	<b>41.559</b>	<b>40.674</b>
Pessoal Civil e Militar	36.586	38.624	38.936	36.970
Obrigações Patronais e Outras Aplicações	3.289	3.143	2.623	3.704
<b>E. Transferências aos Estados e ao DF para Pagamento de Pessoal</b>	<b>2.175</b>	<b>2.016</b>	<b>2.094</b>	<b>2.121</b>
<b>GASTO TOTAL FEDERAL (D + E)</b>	<b>42.050</b>	<b>43.784</b>	<b>43.654</b>	<b>42.795</b>

Fonte: SIAFI - CCONT/STN. Elaboração: CGFP/DIMAC/IPEA  
(a partir de dados mensais, corrigidos pelo IGP-DI).

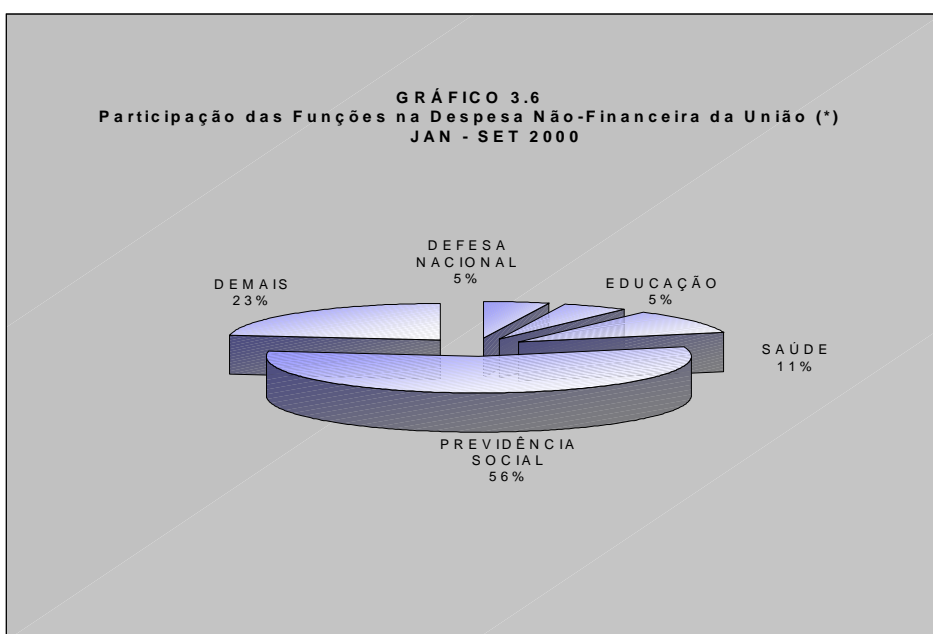
## Gastos por Funções

**A** execução do orçamento, nos primeiros nove meses de 2000, foi de R\$ 186,2 bilhões, correspondendo a apenas 49,5% dos R\$ 376,4 bilhões da dotação orçamentária. As funções Previdência Social, com R\$ 65,4 bilhões, e Encargos Especiais, que inclui o refinanciamento da dívida pública da União (R\$ 70,5 bilhões), juntos se apropriaram de 73,0% do total de recursos da execução orçamentária.

Do total da despesa não financeira, isto é, excetuando-se os gastos com Encargos Especiais, a função Previdência Social que inclui benefícios previdenciários do INSS e gastos com inativos da União, foi isoladamente responsável por 56,5% do total das despesas primárias efetivamente alocadas pela União no período. As funções Saúde (R\$ 12,3 bilhões) e Educação (R\$ 5,8 bilhões) participaram respectivamente com

10,6% e 5,0% da despesa não-financeira. Outras funções que demandaram também vultosos recursos foram Defesa Nacional (R\$ 5,87 bilhões e 5,1% de participação) e Trabalho (R\$ 4,51 bilhões e 3,9% de participação). Nas demais funções de governo, foram alocados R\$ 21,7 bilhões, que representam 18,8% do total de recursos.

Dada a rigidez imposta pelos programas Encargos Especiais e Previdência e devido à necessidade de cumprir as metas fiscais, a União continuará tendo, no corrente ano, grandes dificuldades em elevar os dispêndios com outros programas prioritários, como aqueles ligados às áreas de transportes, saneamento e habitação, bem como atender as crescentes demandas da área social.



Fonte: SIAFI – CCONT/STN. Elaboração: CGFP/DIMAC/IPEA.

(\*) Exclui Administração financeira e Programação a cargo de estados e municípios.

### 3.2 PREVIDÊNCIA SOCIAL

No período de janeiro a setembro de 2000, o sistema de previdência social público e privado apresentou um déficit de R\$ 21,5 bilhões, superior 6,82% ao resultado alcançado em igual período de

1999 (Tabela 3.8). A piora do resultado, a preços correntes, teve por base sobretudo o aumento do déficit relativo à previdência pública, que de um resultado negativo de R\$ 14,3 bilhões em 1999, passou para um déficit de R\$ 15,5 bilhões, correspondendo a um aumento nominal da ordem de 10%.

**TABELA 3.9**  
**RESULTADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
**JAN-SET/1999-2000**

	Jan-Set 1999		Jan-Set 2000	
	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB
<b>A. INSS</b>	<b>(5.825)</b>	<b>(0,83)</b>	<b>(5.748)</b>	<b>(0,73)</b>
A1. Contribuições Previdenciárias	34.155	4,89	39.033	4,97
A2. Benefícios Previdenciários	39.980	5,73	44.781	5,70
<b>B. Serv. Púb. Fed. (Civis e Militares)</b>	<b>(14.321)</b>	<b>(2,05)</b>	<b>(15.749)</b>	<b>(2,00)</b>
B1. Contribuição Plano Seg. Social	2.362	0,34	2.405	0,31
B2. Despesa Aposent. Reform. e Pensões	16.683	2,39	18.154	2,31
<b>C. Result. Previdência (A+B)</b>	<b>(20.147)</b>	<b>(2,89)</b>	<b>(21.497)</b>	<b>(2,74)</b>

Fonte: STN. Elaboração:CGFP/DIMAC/IPEA

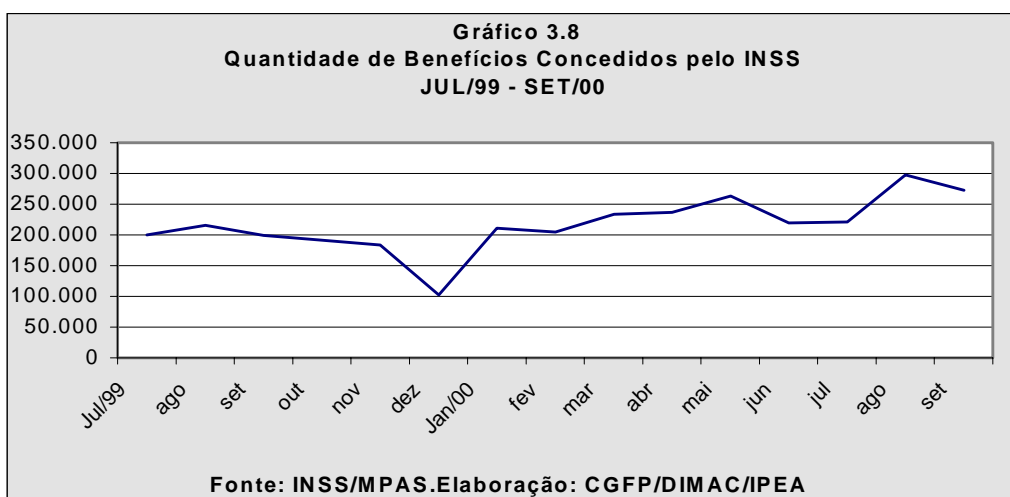
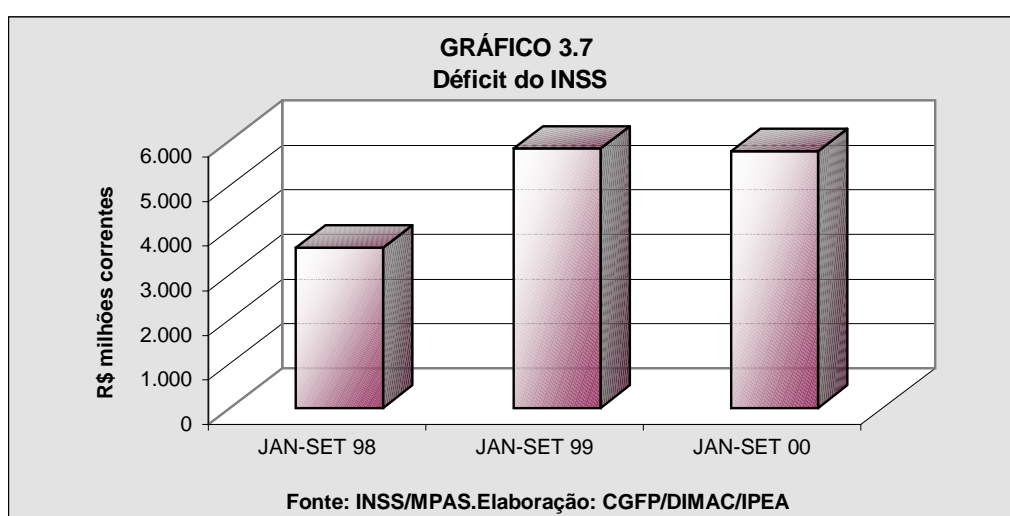
Enquanto isso, o INSS apresentou, no período em análise, uma melhora do seu déficit, que caiu de R\$ 5,8 bilhões, em 1999, para R\$ 5,7 bilhões, em 2000 (vide Gráfico 3.7). Essa melhora tem sido devida, sobretudo, ao comportamento da arrecadação previdenciária, que no período apresentou um aumento de cerca de 14,3%, levando a um aumento de 4,89% para 4,97% do PIB no período considerado. Por sua vez, as despesas com benefícios previdenciários continuaram a crescer em termos nominais (12,1%), apresentando, entretanto, uma pequena redução em termos do PIB, passando de 5,73%, em 1999, para 5,70% em 2000.

Por detrás do comportamento da arrecadação do INSS está o crescimento que a massa nominal de salários vem

apresentando, como decorrência da recuperação da atividade econômica. Além disso, algumas alterações na legislação têm contribuído para o aumento da arrecadação, como é o caso da eliminação gradativa da escala de salário-base para os contribuintes individuais, a homogeneização da alíquota de contribuição para contribuinte individual e empregado, e a alteração da sistemática de contribuição das empresas que utilizam serviços de mão-de-obra das cooperativas. Deve-se ressaltar que uma parcela importante do aumento dessa arrecadação (dois pontos percentuais num total de 14%) não decorre da atividade econômica, mas do refinanciamento e quitação de débitos em atraso, além de receita com emissão de Certificados da Dívida Previdenciária (CDP), entre outros.

Do lado da despesa, por seu turno, cabe salientar que, apesar do aumento apresentado, em termos nominais, pelos benefícios previdenciários, verificou-se, de janeiro a agosto de 2000, em comparação com igual período de 1999, uma considerável redução do volume de concessões de aposentadorias (mais de 14%), o que parece já demonstrar o efeito que as reformas efetuadas na previdência social estão começando a produzir. Se

houve, entretanto, crescimento dos gastos com benefícios, além, é claro, dos aumentos nominais concedidos ao salário mínimo e aos benefícios, ele é decorrência também do crescimento verificado nas concessões de salário-maternidade, cujo benefício foi amplamente estendido no período, e que tem sido responsável pelo aumento do volume global de concessões de benefícios (Gráfico 3.8).

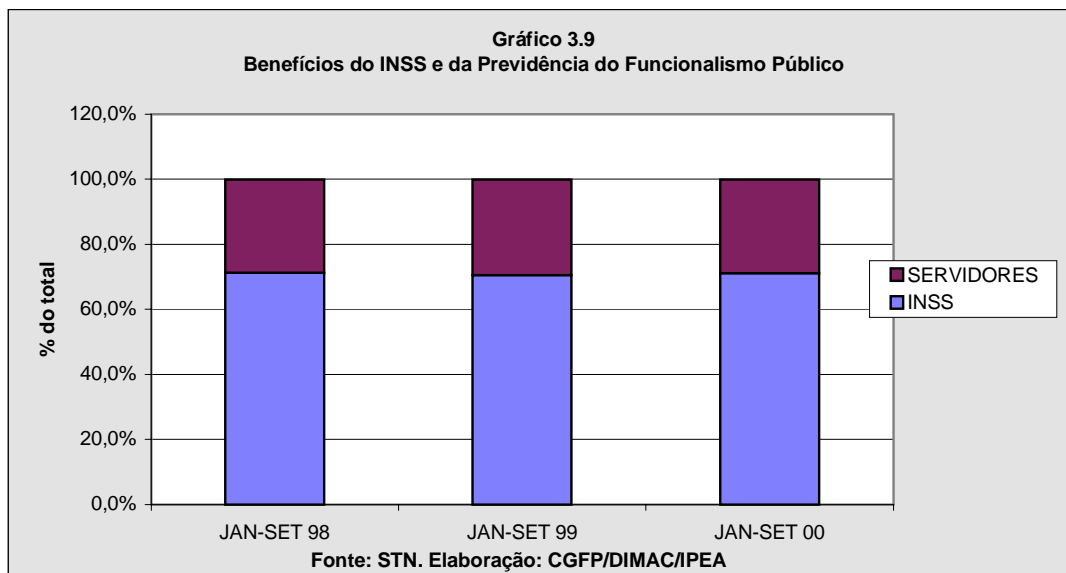


No que se refere à previdência do setor público, por seu turno, verificou-se um aumento nominal de 8,8% nos gastos com inativos e pensionistas, em relação a

1999. Como o crescimento das despesas do INSS foi superior, entretanto, tem-se que a participação dos gastos com a previdência pública, no total de despesas

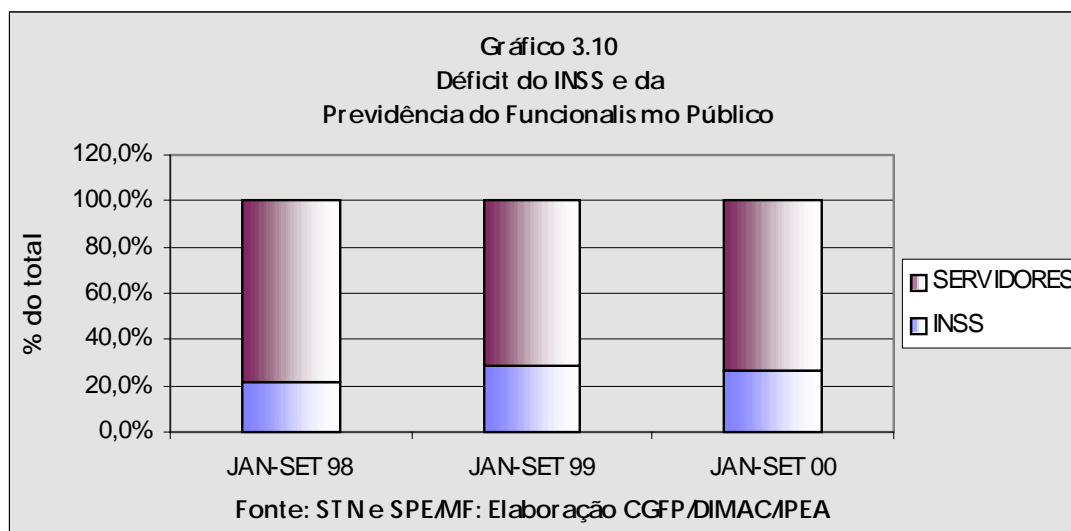
previdenciárias, diminuiu de 29,5%, para 28,8%, de janeiro a setembro de 2000, em

comparação com igual período de 1999 (Gráfico 3.9).



Tendo em vista que a arrecadação com a contribuição dos servidores pouco aumentou, como é natural por estar ela vinculada à folha de salários dos ativos do setor público, ocorreu então a já citada piora do déficit da previdência pública que,

como decorrência, elevou a participação desse resultado, no déficit global do sistema previdenciário, de 71,2%, de janeiro a setembro de 1999, para cerca de 73,3%, em igual período de 2000 (Gráfico 3.10)



### 3.3 SEGURO-DESEMPREGO

**A** comparação dos primeiros nove meses de 2000 com o mesmo período de 1999 mostra que houve uma redução real nos gastos com Seguro-Desemprego. Os desembolsos do FAT (regime de caixa) foram reduzidos de R\$ 3,6 bilhões, entre janeiro e setembro de 1999, para R\$ 3,2 bilhões, no mesmo período de 2000 (em valores de setembro de 2000), o que representa uma queda de 13,7% (Tabela 3.10).

Comparando-se o período de janeiro a agosto de 1999 com o mesmo período de 2000, podemos explicar essa queda pela diminuição no número de requerentes do Seguro-Desemprego, de 3.078.794 para 2.904.342 pessoas, e na taxa de habilitação do Seguro-Desemprego, de 97,4% para 96,9%, gerando uma queda de 2.998.644 para 2.815.382 segurados. Além disso, o valor médio do benefício caiu de 1,55 para 1,50 salários mínimos.

**TABELA 3.10**  
**SEGURO-DESEMPREGO**  
**DESPESAS E GRAU DE COBERTURA**  
**1997-2000**

Período	Benefícios pagos pelo FAT R\$ milhões set/00 <sup>(1)</sup> (b)	Número de		Taxa de habilitação em % <sup>(2)</sup> (e) = (d)/(c)	Valor médio do benefício (em s.m.) (f)
		requerentes (c)	segurados (d)		
1997	4.493,8	4.426.357	4.382.001	99,00	1,57
1998	5.048,4	4.403.770	4.351.103	98,80	1,56
1999	4.619,5	4.423.455	4.309.317	97,42	1,55
Jan/00	312,2	343389,0	335335,0	97,65	1,54
Fev/00	421,2	375.790	367.227	97,72	1,54
Mar/00	291,3	394.647	384.975	97,55	1,53
Abr/00	82,6	346.503	336.567	97,13	1,48
Mai/00	639,5	371.731	356.760	95,97	1,48
Jun/00	410,9	355.905	347.373	97,60	1,49
Jul/00	352,4	354.198	342.499	96,70	1,49
Ago/00	346,2	362.179	344.646	95,16	1,50
Set/00	330,3	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.

Fonte: STN e Ministério do Trabalho, SEPE, Coordenação Geral de Seguro-Desemprego e Abono Salarial e Coordenação Geral de Administração Financeira do FAT (COAFI). Elaboração: CGFP/DIMAC/IPEA.

(1) Corrigidos pelo IGP-DI.

(2) Taxa de habilitação = Segurados/Requerentes (mede o grau de cobertura do programa).

n.d. – não disponível.

**Tabela 3.11**  
**Evolução do Emprego no Brasil**  
**Total de Atividades**

Período	Admissões	Desligamentos	Saldo
Jan-Set/98	6.381.424	6.342.914	38.510
Jan-Set/99	6.259.209	6.213.358	45.851
Jan-Set/00	7.451.837	6.584.360	867.477
Jan/00	757.207	726.009	31.198
Fev/00	804.926	716.751	88.175
Mar/00	799.441	759.494	39.947
Abr/00	784.055	658.984	125.071
Mai/00	923.681	760.844	162.837
Jun/00	861.260	718.376	142.884
Jul/00	839.196	733.354	105.842
Ago/00	866.852	788.007	78.845
Set/00	815.219	722.541	92.678

Fonte: MTE/SPES/CGETIP/LEI 4.923/65

A relação entre o número de admissões e desligamentos no mercado de trabalho explica a queda no número de requerentes do Seguro-Desemprego. Apesar do número de desligamentos ter aumentado, no período de janeiro a setembro de 2000 em relação ao mesmo período de 1999, foi muito maior o aumento no número de admissões, o que gerou um saldo positivo de 867.477 pessoas nas admissões líquidas. (Tabela 3.11).

É interessante observar que o aumento nas admissões líquidas, ocasionado pelo dinamismo da atividade econômica, não tem reduzido o nível de desemprego nas grandes metrópoles nacionais. Isso se deve ao fato da taxa de desemprego depender não só do nível de ocupação mas também do comportamento da oferta de trabalho. A PEA vem mostrando um crescimento próximo ao que ocorre com a ocupação<sup>6</sup>, o que reflete a maior atratividade do mercado de trabalho.

Assim, apesar do nível de desemprego não ter reduzido, caiu o percentual de recém-desempregados – que são os que, em geral têm direito ao Seguro-Desemprego - no total de desempregados. Isso ocorreu porque, provavelmente, os empregadores ampliaram a procura por mão-de-obra oriunda desse segmento de recém-desempregados.

A participação do Seguro-Desemprego no total de despesas não financeiras do FAT vem apresentando uma tendência de queda, diminuindo de 53,5% entre janeiro e setembro de 1999 para 43,7% no mesmo período de 2000 (Tabela 3.12). A despesa não financeira do FAT, acumulada nos primeiros nove meses do ano 2000, atingiu o total de R\$ 6,82 bilhões, a preços de setembro de 2000. Esse valor ficou próximo do valor de R\$ 6,78 bilhões de 1999 e foi menor que o

valor de R\$ 7,27 bilhões de 1998. O terceiro trimestre de 2000 apresentou um baixo valor da despesa não financeira quando o comparamos com o mesmo período em anos anteriores, já que o primeiro semestre de 2000 tinha apresentado um valor alto e próximo ao valor do primeiro semestre de 1998. A Tabela 3.12 ilustra essa evolução.

O resultado primário do FAT (balanço das receitas e despesas não financeiras) tem revertido o alto déficit ocorrido em 1998. O déficit acumulado, em valores de setembro de 2000, diminuiu de R\$ 2,2 bilhões nos primeiros nove meses de 1998 para R\$ 1,6 bilhão no mesmo período de 1999 e, em seguida, para R\$ 827 milhões no mesmo período de 2000.

Cabe destacar que a queda do valor do resultado primário do FAT deveu-se ao aumento dos repasses dos recursos do PIS/PASEP. De R\$ 5,2 bilhões nos nove primeiros meses de 1999, esses repasses subiram para R\$ 6,0 bilhões no mesmo período de 2000, a preços de setembro de 2000.

Comparando-se a receita do PIS/PASEP com as despesas de benefícios do FAT, observa-se uma tendência de diminuição da participação desses gastos na receita. Considerando-se os primeiros nove meses de 1999 e 2000, nota-se que essa relação caiu de 79,2% em 1999 para 61,5% em 2000 (Tabela 3.13), indicando um menor comprometimento da receita do PIS/PASEP com gastos do Seguro-Desemprego e abono salarial. Enquanto a receita do PIS/PASEP aumentou 15,4%, em valores reais, entre janeiro e setembro de 1999 e janeiro e setembro de 2000, os benefícios do FAT foram reduzidos em 11,5% no mesmo período.

---

<sup>6</sup>O boletim “Mercado de Trabalho”, de outubro de 2000, IPEA, mostra que a taxa de crescimento da ocupação, nos oito primeiros meses desse ano, para seis regiões metropolitanas brasileiras – São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre e Recife - foi de 4,33%, enquanto o crescimento da PEA foi de 4,18%; ou seja, apenas 0,15% menor.

**TABELA 3.12**  
**FAT: DESPESAS COM BENEFÍCIOS**  
**JAN-SET/1996 - JAN-SET/2000**

R\$ milhões de setembro de 2000(\*)

Ano	Seguro- Desemprego (A)	Abono Salarial (B)	Sub-Total (A) + (B) (C)	Despesa não Financeira (D)	(A)/(D) (%)	(C)/(D) (%)
Jan-Set/1996	3261,0	184,2	3445,2	5270,7	61,9	65,4
Jan-Set/1997	3275,9	515,9	3791,7	5982,1	54,8	63,4
Jan-Set/1998	3830,6	586,8	4417,4	7271,2	52,7	60,8
Jan-Set/1999	3624,7	490,7	4115,4	6776,0	53,5	60,7
Jan-Set/2000	3186,5	501,8	3688,2	6823,6	46,7	54,1

Fonte: Ministério do Trabalho; Secretaria de Políticas de Emprego e Salário; Coordenação Geral de Orçamento e Administração Financeira do FAT. Elaboração: CGFP/DIMAC/IPEA.  
 Obs.(\*) Atualizados pelo IGP-DI

**TABELA 3.13**  
**RECEITA DO PIS/PASEP E PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS DO FAT**  
**JAN-SET/1996 – JAN-SET/2000**

R\$ milhões de setembro de 2000<sup>(1)</sup>

Discriminação	1996	1997	1998	1999	2000
	Jan-Set	Jan-Set	Jan-Set	Jan-Set	Jan-Set
A – Receita do PIS/PASEP <sup>(2)</sup>	4129,2	4537,5	5068,2	5194,1	5995,7
B – Benefícios do FAT <sup>(2)</sup>	3445,2	3791,7	4417,4	4115,4	3688,2
seguro-desemprego	3261,0	3275,9	3830,6	3624,7	3186,5
abono salarial	184,2	515,9	586,8	490,7	501,8
B/A (%)	83,4	83,6	87,2	79,2	61,5

Fonte: Ministério do Trabalho, Secretaria de Políticas de Emprego e Salário, Coordenação Geral de Orçamento e Administração Financeira do FAT. Elaboração: CGFP/DIMAC/IPEA.

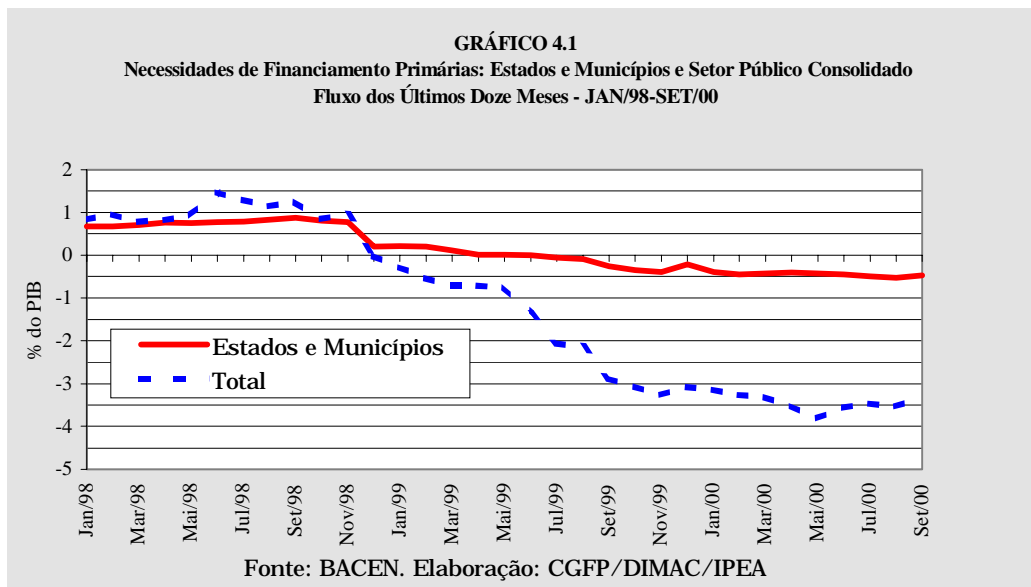
Notas: (1) Valores atualizados pelo IGP-DI.

(2) Regime de Caixa.

## 4 ESTADOS E MUNICÍPIOS

**A**s necessidades de financiamento primárias - fluxos dos últimos doze meses - dos estados e municípios atingiram um superávit de 0,47% do PIB em setembro de 2000, contra um superávit de 0,21% do PIB em dezembro de 1999 e 0,26% do PIB em

setembro de 1999. A renegociação das dívidas estaduais com a União, a partir de 1998, ao mesmo tempo que propiciou aos estados redução da dívida mobiliária (seção 4.2), levou-os a intensificarem esforços rumo ao ajuste fiscal. A evolução das NFSP dos estados e municípios, fluxo dos últimos doze meses, é apresentada no Gráfico 4.1.



A tendência declinante apresentada pelas NFSP dos estados e municípios pode ser alterada no próximo ano, em decorrência do resultado das eleições municipais. Muitos dos novos governos

podem rejeitar os acordos realizados no processo de renegociação de suas dívidas, como ocorreu com o estado de Minas Gerais quando das últimas eleições estaduais.

### 4.1 TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS

**A**s transferências constitucionais a estados e municípios (Tabela 4.1) somaram R\$ 20,3 bilhões nos nove primeiros meses de 2000, o que representa uma queda de 2,6% em relação ao mesmo período de 1999. Esta redução é explicada pela queda real na base de arrecadação,

motivada por uma queda no IR mais significativa do que a expansão do IPI. No ano passado, ocorreram efeitos que não se repetiram neste ano, tais como: o pagamento de débitos em atraso, que favoreceram à arrecadação do IRPJ, e a antecipação do pagamento do Imposto de Renda sobre aplicações de fundos de renda fixa.

**TABELA 4.1**  
**TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS A ESTADOS E MUNICÍPIOS <sup>(1)</sup>**  
**JAN-SET / 1999-2000**

Especificação	R\$ milhões de setembro de 2000							
	1999		2000		Variação		Participação	
	Set (a)	Jan-Set(b)	Set (c)	Jan-Set(d)	(c-a)/(a)	(d-b)/(b)	Set/99	Set/00
Brasil	1.960	20.856	2.045	20.319	4,3%	-2,6%	100,0%	100,0%
Sul	271	2.852	280	2.739	3,3%	-3,9%	13,8%	13,7%
Sudeste	435	4.594	443	4.366	1,9%	-5,0%	22,2%	21,7%
Centro-Oeste	136	1.458	142	1.420	4,2%	-2,6%	7,0%	6,9%
Nordeste	810	8.660	849	8.487	4,8%	-2,0%	41,3%	41,5%
Norte	308	3.292	332	3.307	7,6%	0,5%	15,7%	16,2%

Fonte: STN/COFIN/DIREV. Elaboração: CGFP/DIMAC/IPEA. Valores deflacionados pelo IGP-DI (FGV).

(1) Corresponde à soma das transferências de FPE, FPM e IPI-EXP. Já estão descontados os 15% do FUNDEF.

## 4.2 DÍVIDA ESTADUAL E MUNICIPAL

A dívida líquida total dos estados e municípios somou R\$ 188 bilhões em setembro de 2000, aproximadamente 34% da dívida total. Quando se compara, em termos de percentual do PIB, observa-se que a dívida elevou-se de 16,3% para 16,7%. Os estados são responsáveis por mais de 85% da dívida.

A estrutura da dívida dos estados e dos municípios é similar. Atualmente, a dívida dos governos subnacionais praticamente se reduz à dívida junto ao governo federal, em decorrência dos

sucessivos refinanciamentos patrocinados pela União e consubstanciados pelas Leis 7977/89 (inscrita na rubrica *Aviso MF 30*), 8727/93 e 9496/97 e do PROES (créditos da União para ajuste patrimonial dos bancos públicos estaduais). Somente os compromissos referentes à Lei 9496/97 atingiam, em setembro de 2000, cerca R\$ 160 bilhões – ou seja, 14% do PIB-, e representavam mais de 85% da dívida dos governos estaduais e municipais. Além da dívida refinanciada, existe, atualmente, um resíduo de dívida mobiliária (R\$ 2 bilhões, ou seja, 1% da dívida líquida subnacional).

**TABELA 4.2**  
**DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO - ESTADOS E MUNICÍPIOS**  
**Saldo no Final do Período**  
**DEZ/99 a SET/00**

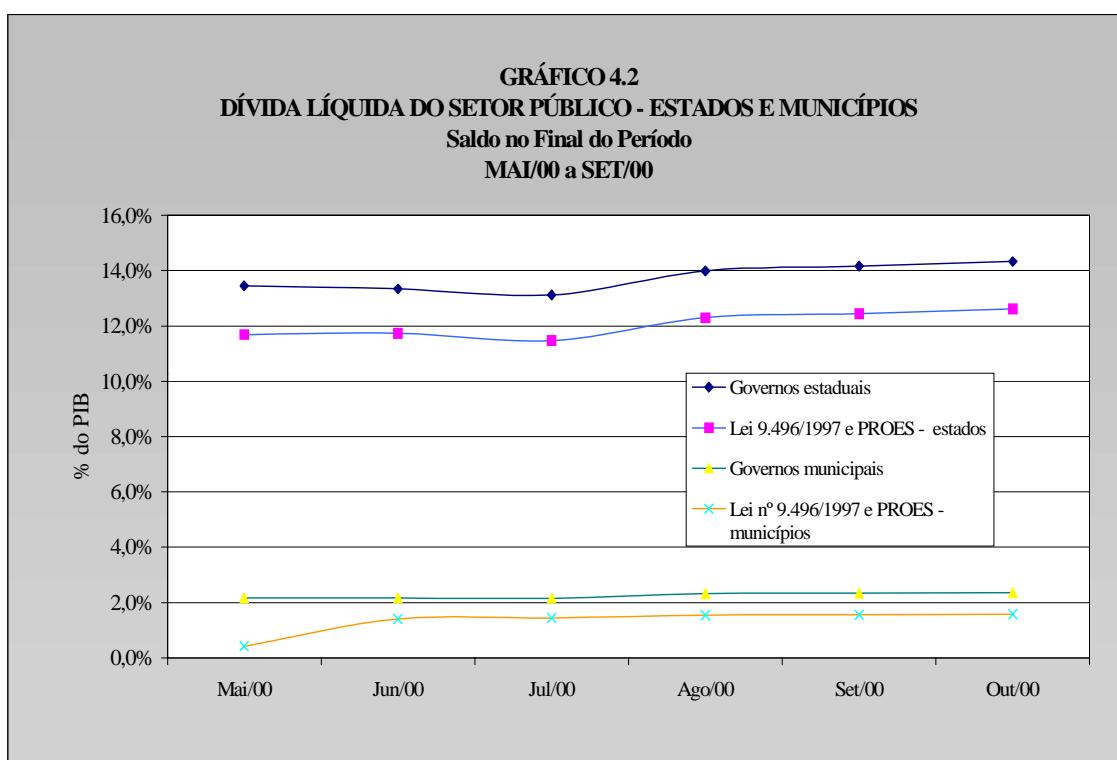
Discriminação	R\$ milhões					
	Dez-99		Set-00		Variação (%) (C-A)/(A)	Variação Real (%)
	Saldos (A)	% PIB	Saldos (C)	% PIB		
<b>Governos Estaduais e Municipais</b>	170.786	16,4	188.482	16,7	10,4	1,6
<b>Interna</b>	161.383	15,5	178.235	15,8	10,4	1,6
dívida mobiliária líquida	12.318	1,2	2.122	0,2	(82,8)	(84,1)
dívida bancária	3.569	0,3	(13.425)	(1,2)	(476,2)	(446,2)
arrecadação a recolher	(273)	(0,0)	(372)	(0,0)	36,4	25,6
depósitos à vista	(2.797)	(0,3)	(2.437)	(0,2)	(12,9)	(19,8)
aviso MF-30	4.095	0,4	3.864	0,3	(5,6)	(13,1)
renegociação (Lei nº 8.727/1993) <sup>(1)</sup>	12.932	1,2	28.105	2,5	117,3	100,0
renegociação (Lei 9.496/1997 e PROES)	131.540	12,7	160.378	14,2	21,9	12,2
<b>Externa</b>	9.402	0,9	10.247	0,9	9,0	0,3

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: CGFP/DIMAC/IPEA.

Nota: (1) O crescimento real acentuado entre dezembro de 1999 e setembro de 2000 (superior a 400%) foi consequência de uma mudança na metodologia utilizada na DLSP, que até abril de 2000 considerava parte da dívida dos governos subnacionais, relativa ao refinanciamento sob a égide da Lei 8727/93, como dívida bancária.

Entre dezembro de 1999 e setembro de 2000, observa-se o crescimento da dívida dos estados e dos municípios (Tabela 4.2). O aumento da dívida, em ambos os casos, está associado a rubrica referente à Lei 9496/97 e ao PROES. Novos empréstimos concedidos no âmbito do PROES explicam, em parte, esse comportamento. Além disso, a dívida, segundo estipulado nos contratos de

refinanciamento, é corrigida pelo IGP-DI, que apresentou tendência à elevação e crescimento superior ao PIB. Conforme pode ser visto no gráfico seguinte, após um período de queda (entre maio e junho), nota-se o aumento da dívida refinanciada e, conseqüentemente, da dívida dos estados e dos municípios, que atingem, em setembro de 2000, respectivamente, 14,3% e 2,4% do PIB.



## 5 EMPRESAS ESTATAIS

**A**s empresas estatais aumentaram seu superávit nominal, passando de R\$ 334,0 milhões nos primeiros nove meses de 1999, para R\$ 4,8 bilhões no mesmo período de 2000. As empresas que mais contribuíram para esta grande melhoria foram as federais, pois aumentaram o superávit de R\$ 2,6 bilhões (jan-set/99) para R\$ 5,3 bilhões (jan-set/00) representando, assim, um aumento de 103,8%. Em segundo lugar vêm as

estaduais, com redução de 80,4% no valor do déficit nominal, passando de R\$ 1,9 bilhão para R\$ 371,0 milhões, respectivamente. Quanto às municipais, reduziram, também, seu déficit passando de R\$ 400,0 milhões para R\$ 131,0 milhões, no mesmo período (Tabela 5.1). A elevada melhoria do superávit nominal das estatais federais se deve ao efeito da subtração da desvalorização cambial ocorrida em 1999 e de menores taxas de juros.

**TABELA 5.1**  
**Necessidades Nominais de Financiamento das Empresas Estatais**  
**JAN-SET 1999/2000**

Especificação	Jan-Set/99	% no PIB	R\$ milhões	
			Jan-Set/00	% no PIB
1. Federais	(2.625)	(0,35)	(5.301)	(0,62)
2. Estaduais	1.891	0,25	371	0,04
3. Municipais	400	0,05	131	0,02
<b>T o t a l</b>	<b>(334)</b>	<b>(0,05)</b>	<b>(4.799)</b>	<b>(0,56)</b>

Fonte: BACEN. Elaboração: CGFP/DIMAC/IPEA.  
(+) Déficit e (-) Superávit.

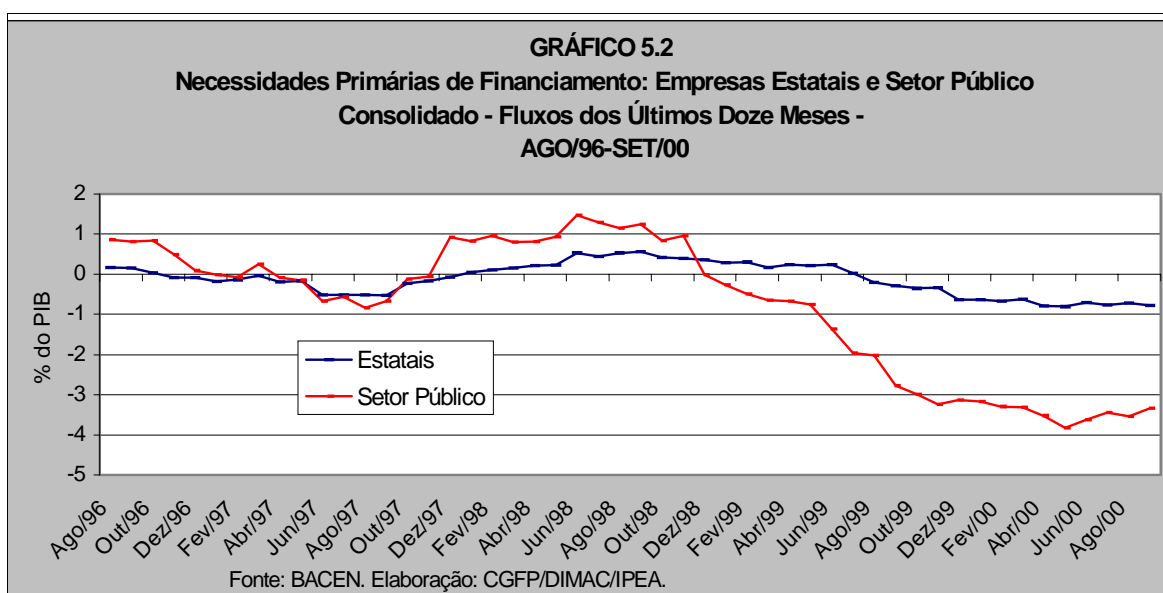
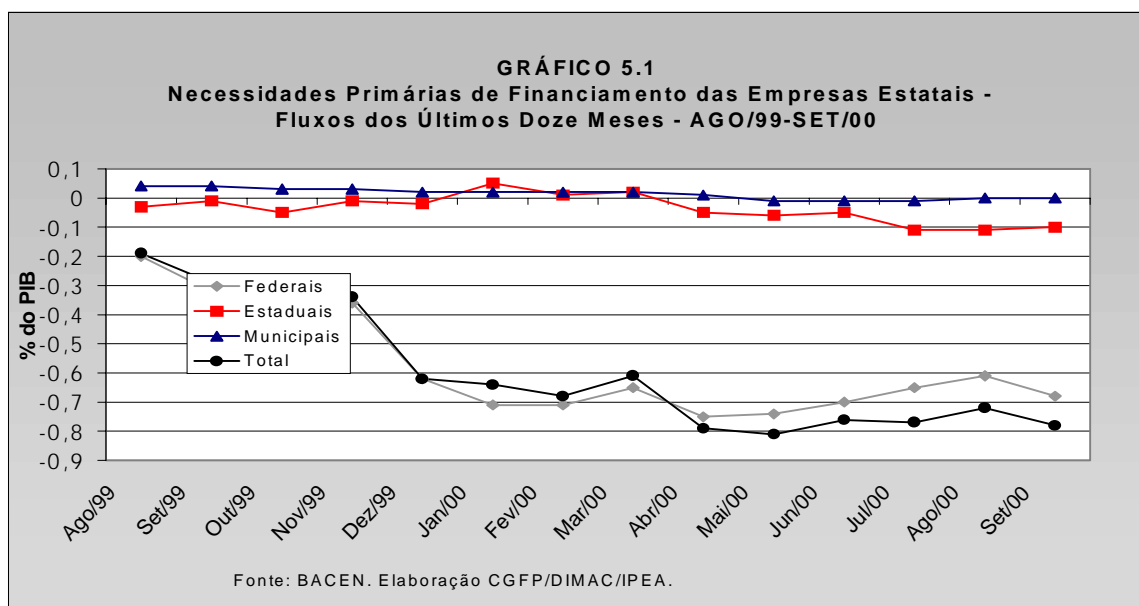
Quanto ao resultado primário das estatais (Tabela 5.2 e Gráfico 5.1), comparando-se os primeiros nove meses deste ano com os de 1999, observa-se que o superávit aumentou em 43,5%, era de R\$ 5,2 bilhões e passou para R\$ 7,5 bilhões. Esta melhoria deveu-se às estatais federais, que aumentaram seu superávit de R\$ 5,0 bilhões para R\$ 6,0 bilhões no período e, também, as estaduais – de R\$ 436,0 milhões para R\$ 1,5 bilhão. No caso das federais, isto ocorreu, principalmente, devido à melhoria de produtividade dessas empresas e ao aumento de receita com os reajustes de preços e tarifas, particularmente na Petrobras, onde a

referência para sua remuneração interna é o preço internacional do petróleo. Nas estatais estaduais, o aumento do superávit primário é resultado da queda dos investimentos, comparado ao mesmo período do ano passado. Quanto às municipais, passaram a ser superavitárias: saíram de um déficit de R\$ 243 milhões, nos primeiros nove meses de 1999, chegando a um superávit de R\$ 3 milhões, no mesmo período deste ano. O superávit das estatais, nos últimos doze meses, passou de 0,3%, em setembro de 1999, para 0,8% do PIB, no mesmo mês de 2000 (Gráfico 5.2).

**TABELA 5.2**  
**Necessidades Primárias de Financiamento das Empresas Estatais**  
**JAN-SET 1999/2000**

Especificação	R\$ milhões			
	Jan-Set/99	% no PIB	Jan-Set/00	% no PIB
1. Federais	(5.011)	(0,67)	(5.989)	(0,70)
2. Estaduais	(436)	(0,06)	(1.480)	(0,17)
3. Municipais	243	0,03	(3)	0,00
<b>T o t a l</b>	<b>(5.204)</b>	<b>(0,70)</b>	<b>(7.472)</b>	<b>(0,87)</b>

Fonte: BACEN. Elaboração: CGFP/DIMAC/IPEA.  
 (+) Déficit e (-) Superávit.



A dotação orçamentária das empresas estatais federais para 2000 foi aprovada em R\$ 10,2 bilhões, destacando-se o setor petróleo com R\$ 4,9 bilhões (48,5%) e energia elétrica com R\$ 2,8 bilhões (27,7%) - Tabela 5.2 -, tendo sido executados 46,0% da dotação total até o mês de agosto. Setorialmente, petróleo alocou 55,4% dos recursos da dotação para 2000 nos primeiros oito meses do ano,

contra 44,4% em energia elétrica. Comparando-se a dotação de 1999 com a de 2000, observa-se um aumento de, apenas, 1,8% (de R\$ 10,1 bilhões para R\$ 10,2 bilhões, respectivamente). O processo de desestatização tem contribuído para o não crescimento do orçamento de investimento das estatais. No médio e longo prazos, há tendência de queda desse orçamento.

**TABELA 5.3**  
**Dotação e Execução Orçamentárias das Empresas Estatais Federais**  
**Orçamento de Investimento**  
**JAN-AGO/2000**

Setor	R\$ milhões		
	Dotação 2000 (A)	Exec. Jan-Ago/00 (B)	Desempenho (%) (C) = (B/A)
1. Petróleo	4.995	2.770	55,4
2. Energia Elétrica	2.829	1.256	44,4
3. Transportes <sup>(1)</sup>	236	71	30,1
4. Outros	2.180	613	28,1
Total	10.240	4.710	46,0

Fonte: DEST/MPO. Elaboração: CGFP/DIMAC/IPEA.

Nota: 1) Ministério dos Transportes, INFRAERO e RFFSA.

Quanto às desestatizações, a receita total prevista para 2000 é de R\$ 22,7 bilhões, dos quais R\$ 18,4 bilhões com empresas federais (R\$ 13,2 bilhões de privatização e R\$ 5,2 bilhões de concessão) e R\$ 4,3 bilhões com estaduais e municipais. No âmbito federal, destacam-se: Furnas, Chesf (três geradoras e uma transmissora); Eletronorte (a hidroelétrica de Tucuruí, duas geradoras isoladas, uma geradora que fornece para o sistema interligado, uma transmissora do sistema interligado e duas empresas integradas que atendem sistemas isolados) e o Banco do Estado de São Paulo-BANESPA. As dificuldades para a privatização destas empresas estão baseadas, principalmente, no equacionamento dos passivos trabalhistas (Furnas), definição sobre regulação das águas (Chesf) e a forma de viabilização

econômico-financeira dos sistemas isolados (Eletronorte).

Nos estados, as principais empresas são: as distribuidoras Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba-SAELPA e a Companhia Energética de Goiás-CELG. O resultado das privatizações até o dia 20 de outubro deste ano chegou a R\$ 12,8 bilhões (55,9% do programado para 2000), sendo R\$ 7,5 bilhões das federais e R\$ 5,3 bilhões das estaduais. No âmbito federal o destaque foi a venda das ações excedentes ao controle da Petrobras, no valor de R\$ 7,5 bilhões (99,8% do valor privatizado pela União este ano), enquanto nos estados destacam-se: Banco do Estado do Paraná-BANESTADO (R\$ 1,6 bilhão); e a venda da Companhia Energética de Pernambuco-CELPE por R\$ 1,1 bilhão.

O reconhecimento de passivos não registrados anteriormente, denominados de esqueletos, mais o PROES, previstos na quinta avaliação do Fundo até o mês de setembro de 2000, foram de R\$ 15,0 bilhões. Ao contrário de anos anteriores, particularmente 1997/98, a diferença deste valor para o valor privatizado (R\$ 12,8

bilhões) é bem menor. Com isto, os esqueletos estão dando uma pequena contribuição para o aumento da dívida pública, particularmente a de curto prazo, que tem, ainda, o maior custo para a União. O compromisso do governo, junto ao FMI, é de reconhecer esqueletos em um valor sempre abaixo do valor à ser privatizado.

## LISTA DE GRÁFICOS, TABELAS E BOXES

### GRÁFICOS

<u>Gráfico 2.1:</u> NFSP Nominais e Primárias (com desvalorização cambial) Fluxos dos Últimos Doze Meses; SET/99-00; % do PIB.....	05
<u>Gráfico 2.2:</u> Necessidades Primárias de Financiamento do Setor Público; Fluxos acumulados em Doze Meses; SET/99-00; % do PIB.....	06
<u>Gráfico 3.1:</u> Necessidades Primárias de Financiamento do Setor Público Consolidado e Governo Central; Fluxos acumulados dos últimos doze meses; MAR/97–SET/00; % do PIB.....	12
<u>Gráfico 3.2:</u> Evolução da Arrecadação Federal; Fluxos dos últimos 12 meses; DEZ/94 – SET/00.....	17
<u>Gráfico 3.3:</u> Evolução das Despesas Seleccionadas; JAN-SET/99 e JAN-SET/00; R\$ milhões.....	20
<u>Gráfico 3.4:</u> Execução Orçamentária do Gasto Federal com Pessoal e Encargos Sociais; Fluxos dos últimos doze meses; JAN/98–SET/00; R\$ milhões de SET/00.....	21
<u>Gráfico 3.5:</u> Execução Orçamentária do Gasto Federal com Pessoal e Encargos Sociais; JAN/97-SET/00; R\$ milhões de SET/00.....	22
<u>Gráfico 3.6:</u> Participação da Funções na Despesa Não-Financeira da União; JAN-SET/00.....	23
<u>Gráfico 3.7:</u> Déficit do INSS; JAN/98-SET/00; R\$ milhões.....	25
<u>Gráfico 3.8:</u> Quantidade de Benefícios Concedidos pelo INSS; JUL/99-SET/00.....	25
<u>Gráfico 3.9:</u> Benefícios do INSS e da Previdência do Funcionalismo Público.....	26

<u>Gráfico 3.10: Déficit do INSS e da Previdência do Funcionalismo Público.....</u>	26
---	----

<u>Gráfico 4.1: Necessidades de Financiamento Primárias: Estados e Municípios e Setor Público Consolidado; Fluxo dos últimos doze meses; JAN/98-SET/00; % do PIB.....</u>	30
---	----

<u>Gráfico 4.2: Dívida Líquida do Setor Público - Estados e Municípios ; Saldo no Final do Período; MAI-SET/00; % do PIB.....</u>	32
---	----

<u>Gráfico 5.1: Necessidades Primárias de Financiamento das Empresas Estatais; Fluxos dos últimos doze meses; AGO/99-SET/00; % do PIB.....</u>	34
--	----

<u>Gráfico 5.2: Necessidades Primárias de Financiamento: Empresas Estatais e Setor Público Consolidado; Fluxos dos últimos doze meses; AGO/96-SET/00; % do PIB.....</u>	34
---	----

## **TABELAS**

<u>Tabela 2.1: Dívida Líquida (DLSP) e Necessidades de Financiamento do Setor Público (NFSP) - com Desvalorização Cambial; 1995 - 2000; % do PIB.....</u>	05
---	----

<u>Tabela 2.2: Necessidades Primárias de Financiamento do Setor Público; Fluxos acumulados nos últimos doze meses; SET/99-SET/00; % do PIB.....</u>	06
---	----

<u>Tabela 3.1: Resultado Primário do Governo Central; Critério de Pagamento Efetivo; JAN-SET/99-00; R\$ milhões e % do PIB.....</u>	11
---	----

<u>Tabela 3.2: Resultado Primário do Tesouro Nacional; JAN-SET/99-00; R\$ milhões e % do PIB.....</u>	13
---	----

<u>Tabela 3.3: Arrecadação Federal: Receitas Permanentes - Arrecadoras e Regulatórias - e Transitórias; JAN/99-SET/00; R\$ milhões SET/00.....</u>	15
--	----

<u>Tabela 3.4: Arrecadação Federal: Impostos – Contribuições – Demais Receitas JAN-SET/99 e JAN-SET/00; R\$ milhões SET/00.....</u>	16
---	----

<u>Tabela 3.5: Principais Impactos na Arrecadação Federal; JAN/99-SET/00.....</u>	16
---	----

<u>Tabela 3.6: Arrecadação Federal para 2000.....</u>	18
---	----

<u>Tabela 3.7:</u> Despesas do Tesouro Nacional; JAN-SET/99 e JAN SET/00.....	19
<u>Tabela 3.8:</u> Gasto Público Federal com Pessoal e Encargos Sociais; Orçamento Fiscal e da Seguridade Social; JAN/97-SET/00.....	22
<u>Tabela 3.9:</u> Resultado da Previdência Social; JAN/99-SET/00.....	24
<u>Tabela 3.10:</u> Seguro-Desemprego: Despesas e Grau de Cobertura; 1997 – 2000.....	27
<u>Tabela 3.11:</u> Evolução do Emprego no Brasil; Total de Atividades JAN/98-SET/00.....	27
<u>Tabela 3.12:</u> FAT: Despesas com Benefícios; JAN-SET/96 a JAN-SET/00; R\$ milhões de SET/00.....	29
<u>Tabela 3.13:</u> Receita do PIS/PASEP e Pagamento de Benefícios do FAT; JAN-SET/96 a JAN-SET/00; R\$ milhões de SET/00.....	29
<u>Tabela 4.1:</u> Transferências Constitucionais a Estados e Municípios; JAN/99-SET/00; R\$ milhões de SET/00.....	31
<u>Tabela 4.2:</u> Dívida Líquida do Setor Público - Estados e Municípios; Saldo no final do período; DEZ/99–SET/00; R\$ milhões.....	31
<u>Tabela 5.1.:</u> Necessidades Nominais de Financiamento das Empresas Estatais ; JAN/99- SET/00; R\$ milhões.....	33
<u>Tabela 5.2:</u> Necessidades Primárias de Financiamento das Empresas Estatais; JAN/99- SET/00; R\$ milhões.....	34
<u>Tabela 5.3:</u> Dotação e Execução Orçamentárias das Empresas Estatais Federais; Orçamento de Investimento JAN-AGO/00; R\$ milhões.....	35

## **BOX**

<u>Box 1:</u> Perspectivas para a Dívida Líquida do Setor Público.....	08
--	----

# BOLETIM

# FINANÇAS PÚBLICAS

<b>1</b>	<b><i>Sumário Executivo</i></b>	<b>01</b>
<b>2</b>	<b><i>Necessidades de Financiamento do Setor Público</i></b>	<b>05</b>
<b>3</b>	<b><i>Resultado Primário do Governo Federal</i></b>	<b>09</b>
	<b><i>3.1 Tesouro Nacional</i></b>	<b>12</b>
	<b><i>3.1.1 Receitas</i></b>	<b>13</b>
	<b><i>3.1.2 Despesas</i></b>	<b>18</b>
	<b><i>3.2 Previdência Social</i></b>	<b>24</b>
	<b><i>3.3 Seguro-Desemprego</i></b>	<b>27</b>
<b>4</b>	<b><i>Estados e Municípios</i></b>	<b>30</b>
	<b><i>4.1 Transferências Constitucionais</i></b>	<b>30</b>
	<b><i>4.2 Dívida Estadual e Municipal</i></b>	<b>31</b>
<b>5</b>	<b><i>Empresas Estatais</i></b>	<b>33</b>

***DIMAC – DIRETORIA DE ESTUDOS E POLÍTICAS MACROECONÔMICAS***

***CGFP - COORDENAÇÃO GERAL DE FINANÇAS PÚBLICAS E POLÍTICA FISCAL***



**INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA  
APLICADA**

**PRESIDENTE**

Roberto Borges Martins

**DIRETOR DE ESTUDOS MACROECONÔMICOS**

Eustáquio José Reis

**DIRETOR DE ESTUDOS SETORIAIS**

Luís Fernando Tironi

**DIRETOR DE ESTUDOS REGIONAIS E URBANOS**

Gustavo Maia Gomes

**DIRETOR DE ESTUDOS SOCIAIS**

Ricardo Paes de Barros

**DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

Hubimaier Cantuária Santiago

**DIRETOR DE COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO**

Sebastião U. Murilo Lôbo

---

*O IPEA é uma fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, cujas finalidades são: auxiliar o Ministro na elaboração e no acompanhamento da política econômica; e prover atividades de pesquisa econômica aplicada nas áreas fiscal, financeira, externa e de desenvolvimento setorial.*

---

Publicação Trimestral.

Tiragem Limitada.

Trabalho concluído com informações disponíveis até 31.10.00.

**BOLETIM DE FINANÇAS PÚBLICAS**

**DIMAC – DIRETORIA DE ESTUDOS E  
POLÍTICAS MACROECONÔMICAS**

**CGFP - COORDENAÇÃO GERAL DE  
FINANÇAS PÚBLICAS E POLÍTICA FISCAL**

**Corpo Técnico**

José Oswaldo Cândido Júnior (Coordenador)

Bolívar Pêgo Filho

João Carlos Ramos Magalhães

José Carlos Jacob de Carvalho

José Hamilton de O. Bizarria

Marco Antônio de S. Carvalho

Marly Matias Silva

Maurício Mota Saboya Pinheiro

Mônica Mora Y. Araújo de Couto e Silva

Roberto de Goes Ellery Júnior

**Apoio Gráfico e Computacional**

Rosangela Rabelo Gonçalves

Silvânia de Araujo Carvalho

---

O Boletim de Finanças Públicas é de inteira responsabilidade da Coordenação Geral de Finanças Públicas do IPEA/DIMAC. As opiniões aqui emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista do IPEA e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

---

---

**É permitida a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte.**

---

**Correspondência:**

SBS. Qd. 01 - Ed. BNDES - 7º andar - sala 701

70.776-900 - Brasília - DF.

Telefone: (061) 315-5303 - Fax: (061) 315-5448

E-mail: [oswaldo@ipea.gov.br](mailto:oswaldo@ipea.gov.br)

Internet: [www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br)